

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (I/II)

Principais Indicadores a Março de 2015

69 Instituições de
crédito

EUR 465,2 mil
milhões em activos

Rácio de
Transformação
(Dez 14): 107,4%

Rácio *Common
Equity Tier 1*
(Dez 14): 11,3%

5.469 Balcões*

EUR 229,5 mil
milhões em crédito a
clientes

Rácio do crédito
em risco – NPLs
(Dez 14): 12%

Rácio *Tier 1*
(Jun 14): 10,1%

53.589
Colaboradores*

EUR 217,9 mil
milhões em
depósitos do sector
não monetário

Cedência de
Liquidez do BCE:
28.178 M€

Rácio de
Solvabilidade
(Dez 14): 12,3%

* Dados referentes a Junho de 2014 e às instituições associadas da APB. Salvo indicação explícita em contrário, todos os dados referentes ao sector bancário português referem-se à totalidade do sistema.

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (II/II)

Desenvolvimentos Recentes (Setembro de 2014 a Março de 2015)

- **Redução dos activos totais** do sector (-3,61%) e do volume de **crédito** (-1,38%).
- Os **depósitos do sector não monetário** apresentaram uma tendência ligeiramente decrescente (-0,3%), mantendo-se contudo como a principal fonte de financiamento dos bancos portugueses.
- O volume de **operações de cedência de liquidez do BCE** ao sector bancário português continuou em **queda**.
- Os **activos ponderados pelo risco** seguiram a tendência decrescente dos últimos anos. Os bancos portugueses continuaram a superar os **rácios mínimos de capital**, revelando um aumento do rácio *Common Equity Tier 1* no segundo semestre de 2014.
- A **rentabilidade** continuou a ser um desafio para os bancos portugueses.
- Preparação para a entrada em vigor da fase 2015 de **Basileia III** e demais requisitos regulatórios.
- Preparação para a entrada em funcionamento do **Single Supervisory Mechanism (SSM)**.

ÍNDICE

- I. Importância do Sector Bancário na Economia
- II. Actividade de Crédito
- III. Financiamento
- IV. Solvabilidade
- V. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor das Instituições de Crédito
- VI. Rentabilidade

Anexo I: *Comprehensive Assessment*

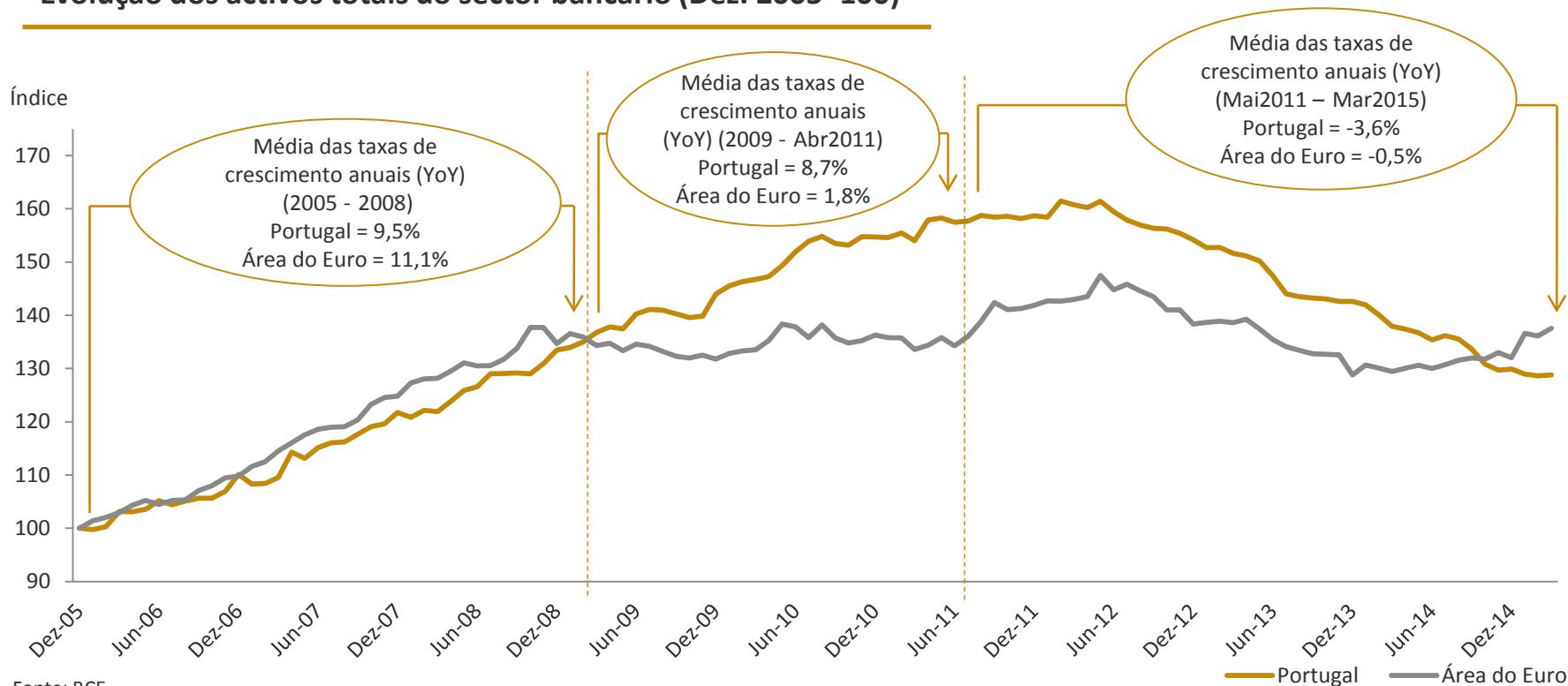
Anexo II: Metodologia

***OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

I. Importância do Sector Bancário na Economia

Contrariamente ao ocorrido na área do Euro, o crescimento dos activos dos bancos portugueses manteve-se após a crise financeira de 2008-2010, invertendo-se apenas na sequência da crise da dívida soberana.

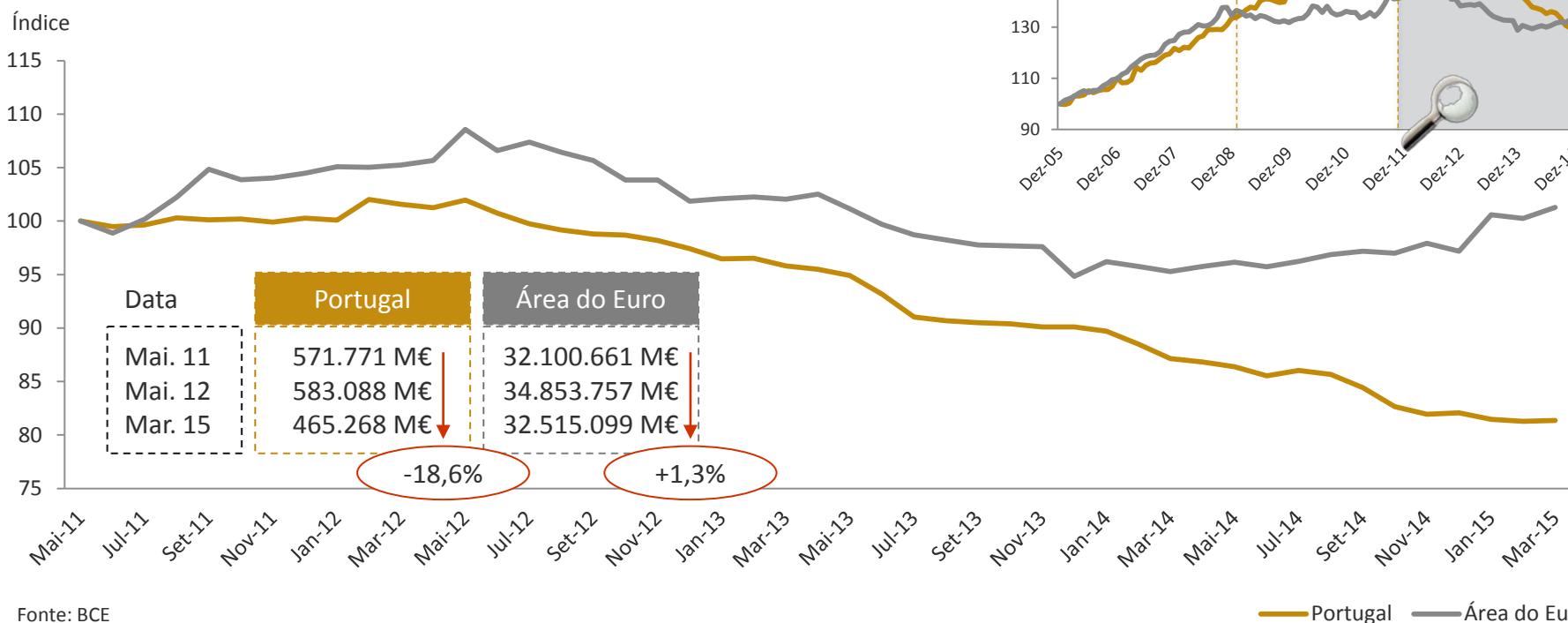
Evolução dos activos totais do sector bancário (Dez. 2005=100)



Fonte: BCE

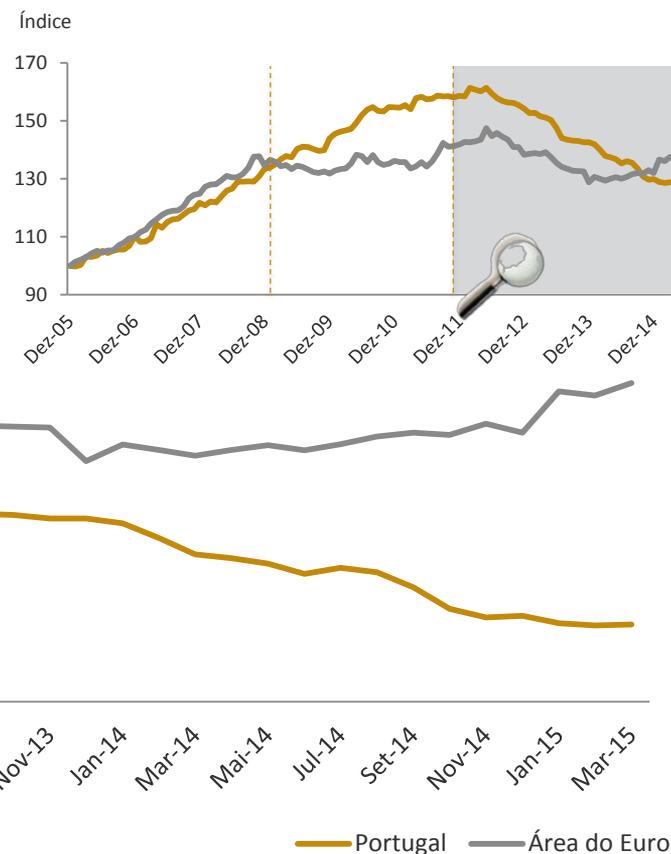
O processo de desalavancagem começa depois do início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Os seus efeitos são visíveis após Maio de 2012.

Evolução dos activos totais do sector bancário (Mai. 2011=100)



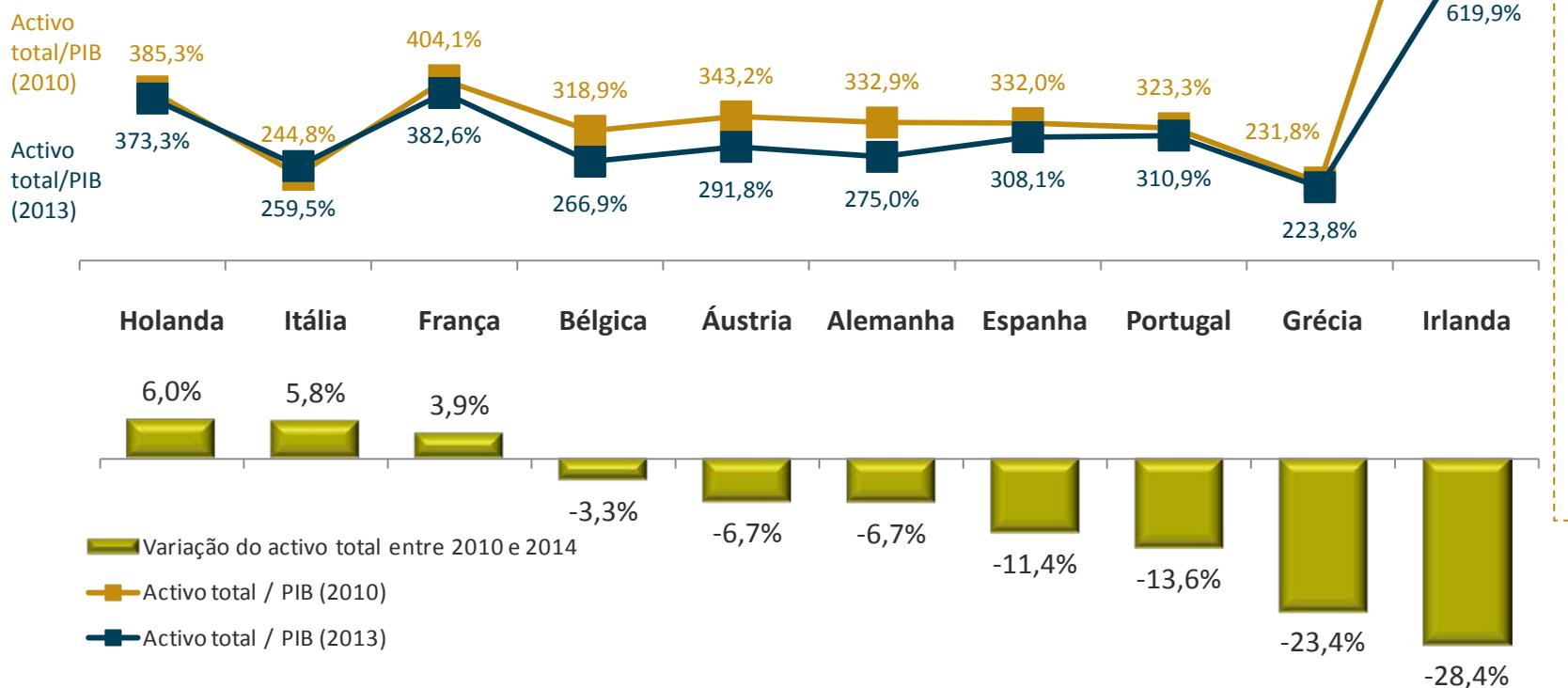
Fonte: BCE

Evolução dos activos totais do sector bancário (Dez. 2005=100)



O redimensionamento do sector bancário verificou-se não só em Portugal, mas também na maioria dos países da área do Euro.

Comparação da contracção do activo total entre 2010 e 2014 com o peso do activo total no PIB em 2010 e em 2013, em vários países da área do Euro

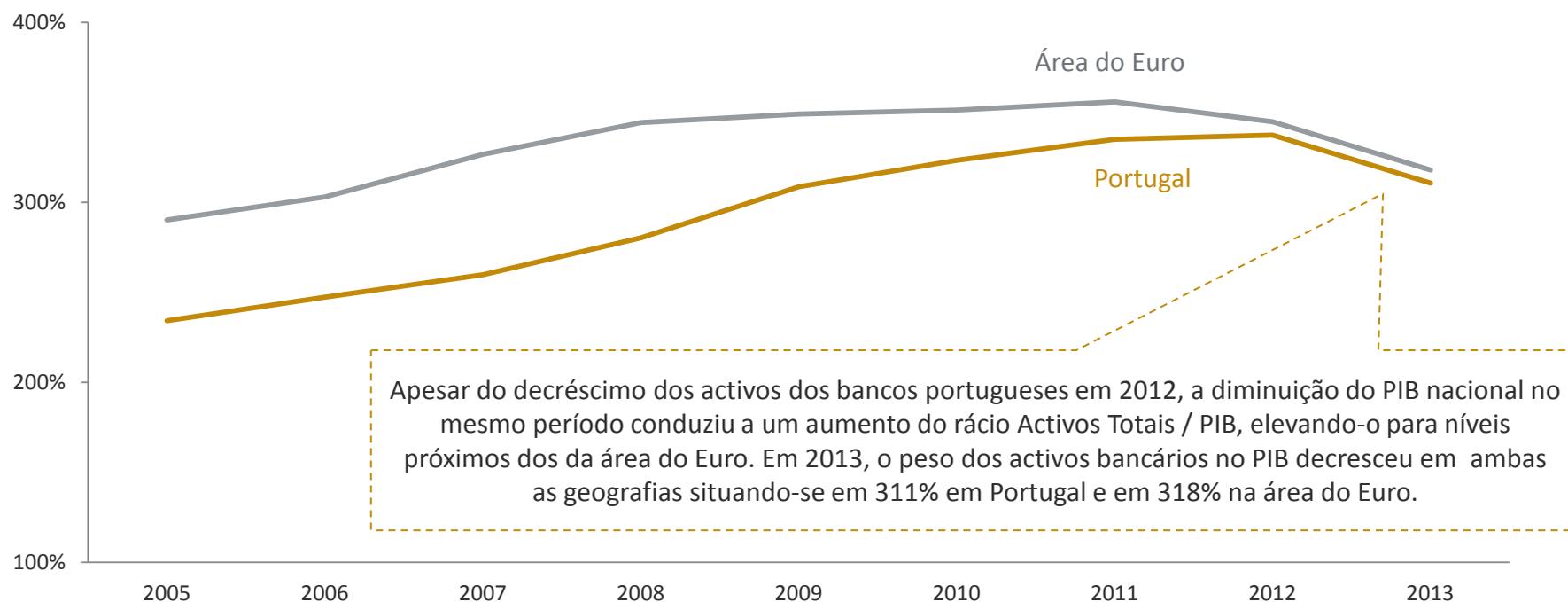


A contracção do activo total do sector bancário contribuiu em larga escala para a redução seu peso no PIB do respectivo país.

Fonte: BCE, Eurostat

O sector bancário português tem um papel importante na economia. O peso dos seus activos no PIB nacional é semelhante ao observado na área do Euro.

Activos totais do sector bancário em proporção do PIB*, em Portugal e na área do Euro

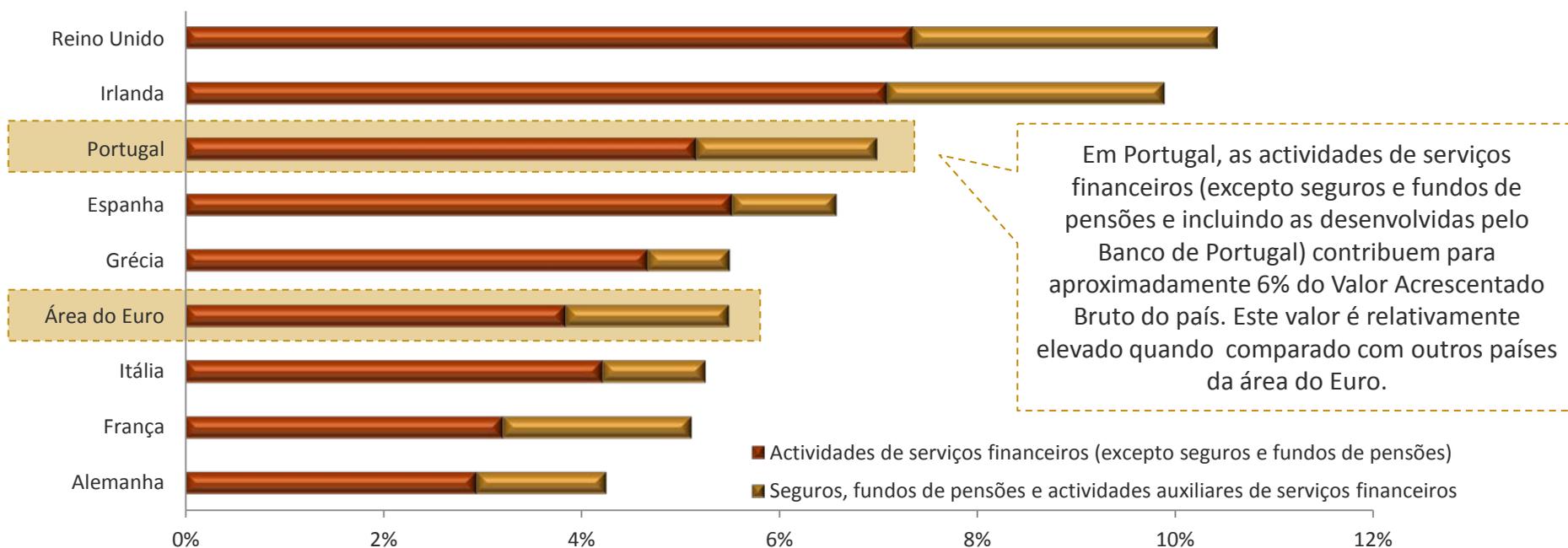


* Produto Interno Bruto (nominal).

Fonte: BCE

Em Portugal, a contribuição das actividades de serviços financeiros para o Valor Acrescentado Bruto nacional situa-se acima dos valores da área do Euro.

VAB das actividades de serviços financeiros em proporção do VAB total, em Portugal e noutros países da União Europeia (2009)



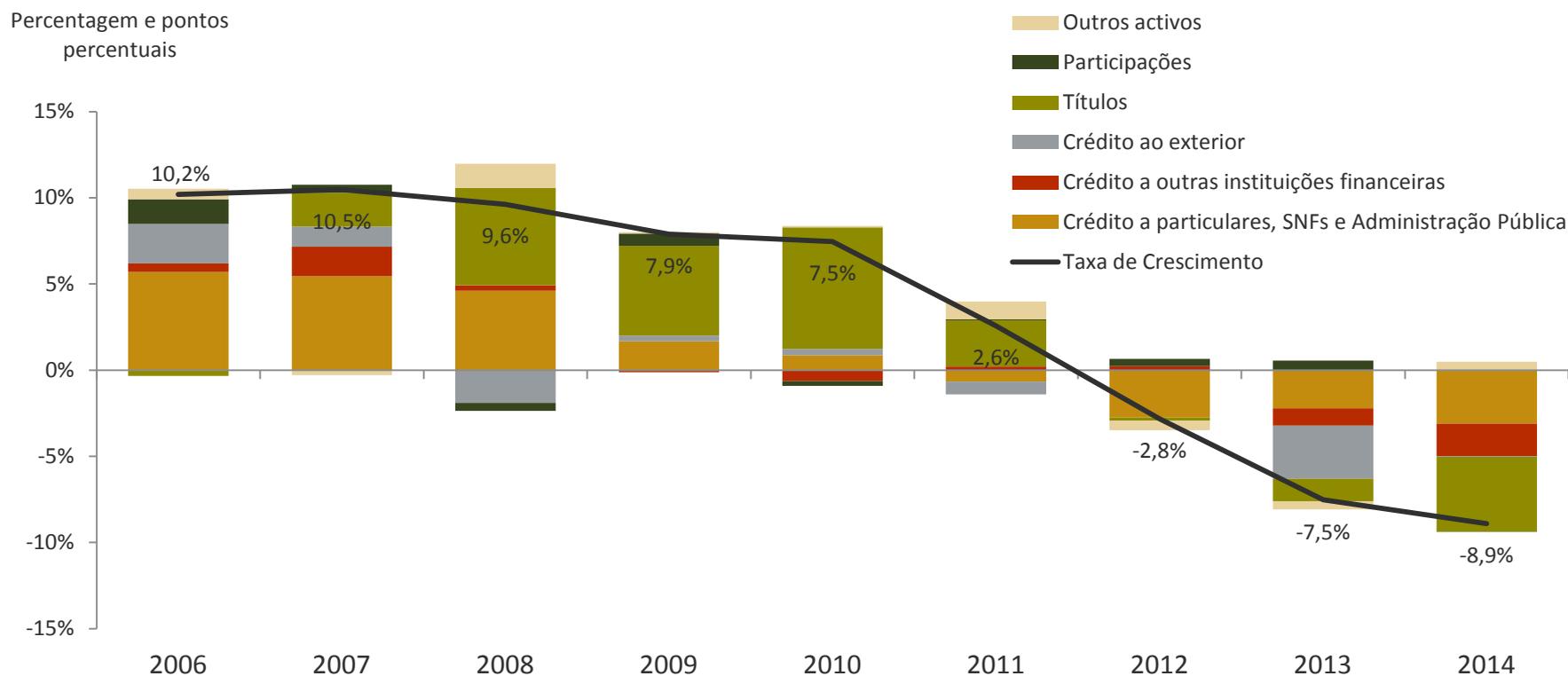
Fonte: Eurostat, INE, Central Statistics Office Ireland

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

II. Actividade de Crédito

A contracção do crédito, assim como da carteira de títulos, foram os principais factores para a redução do activo total em 2014.

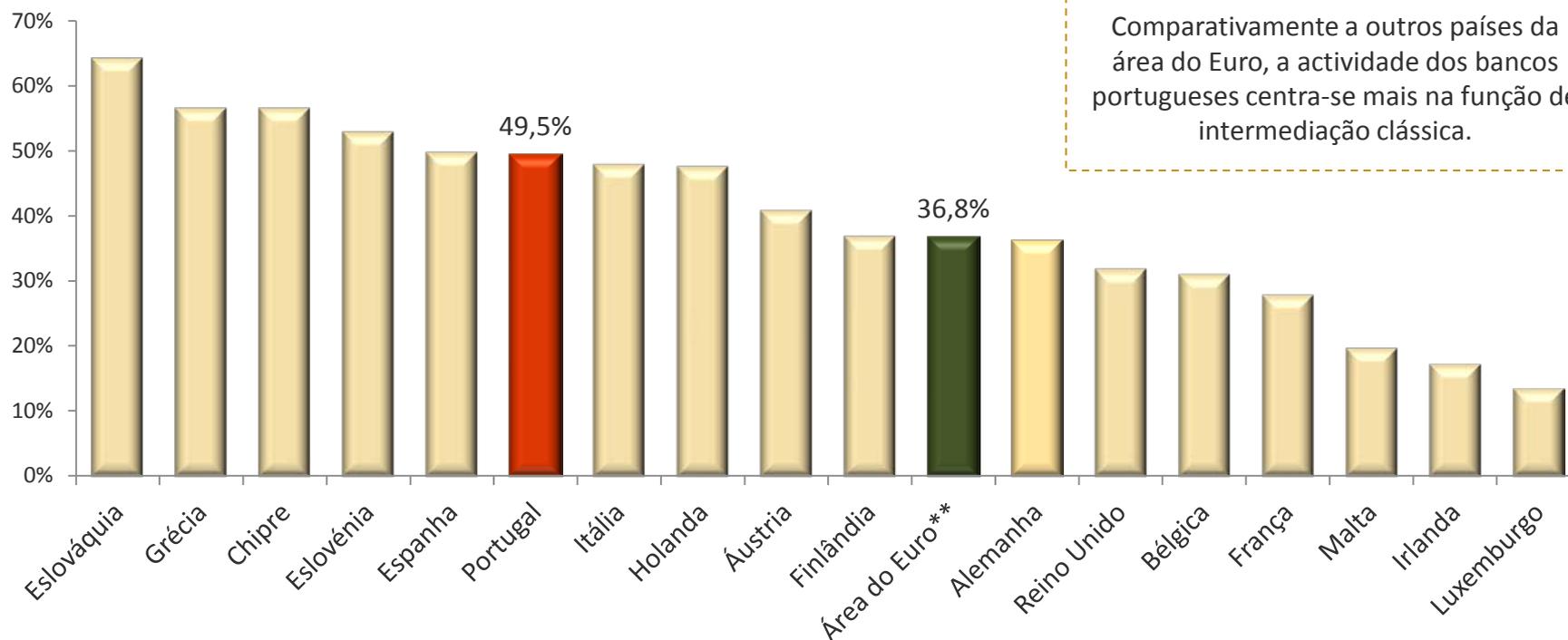
Contribuição de cada rúbrica do activo para a variação anual do agregado



Fonte: Banco de Portugal

Não obstante a contracção, o crédito a clientes continua a absorver quase 50% dos activos totais da banca portuguesa.

Crédito a clientes* em proporção dos activos totais (Fevereiro 2015)

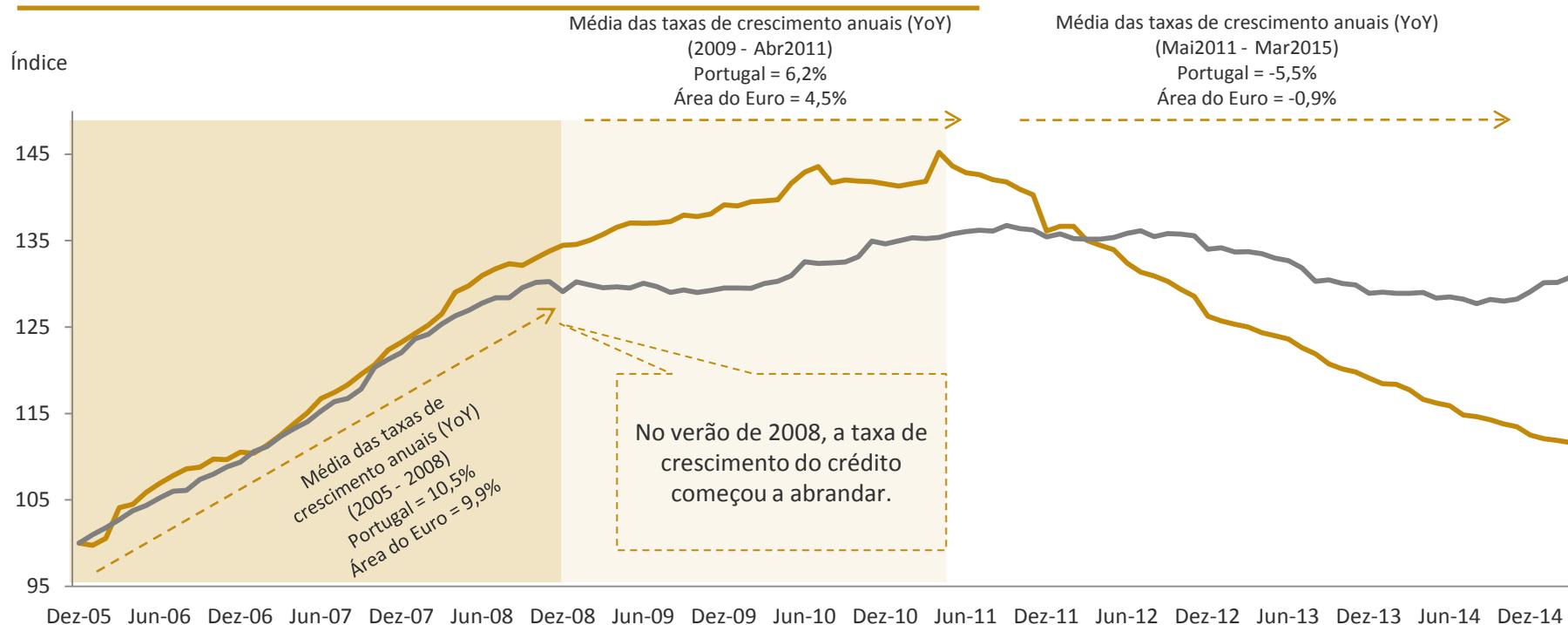


* Crédito ao sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

No período que antecedeu a crise financeira, o volume de crédito revelou uma forte tendência crescente, tanto em Portugal como na área do Euro.

Evolução do crédito* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



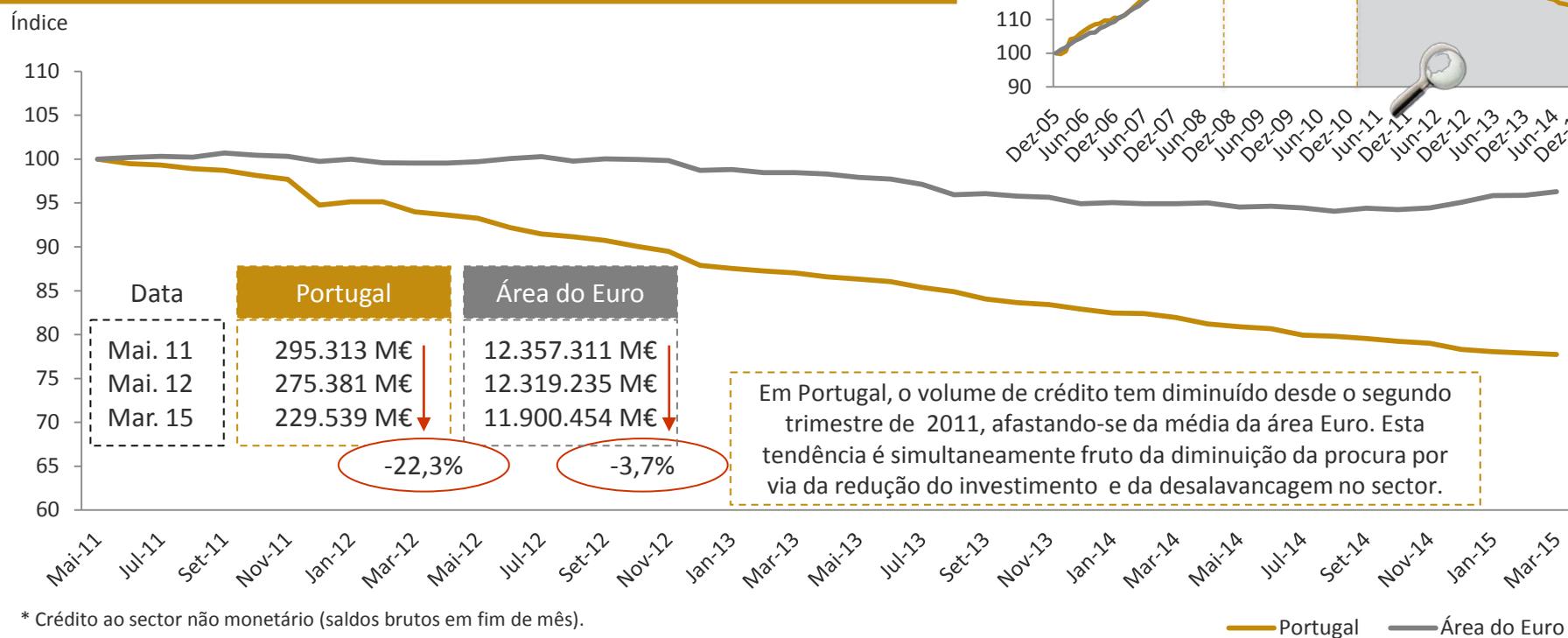
* Crédito ao sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

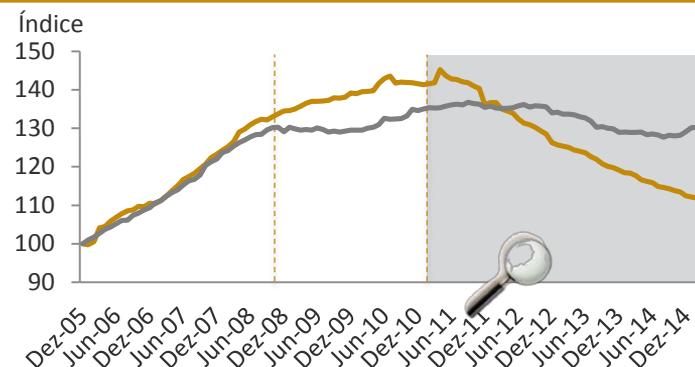
— Portugal — Área do Euro

Depois da crise da dívida soberana afectar Portugal, o volume de crédito diminuiu mais do que na área do Euro, sendo o principal factor da redução dos activos do sector.

Evolução do crédito* em Portugal e na área do Euro (Mai. 2011=100)



Evolução do crédito* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

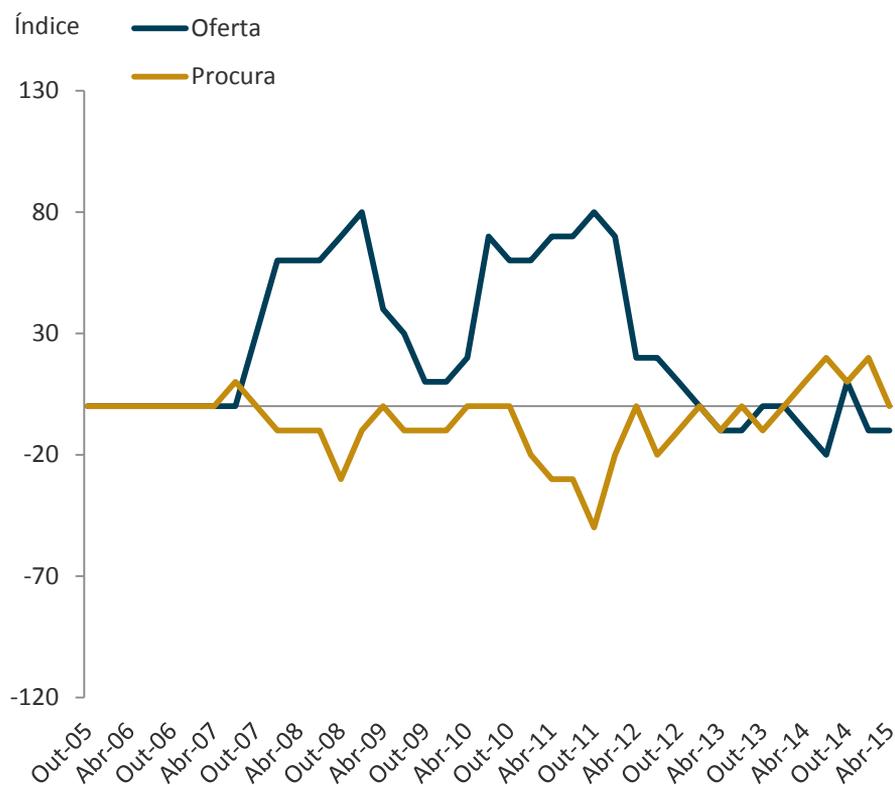


* Crédito ao sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

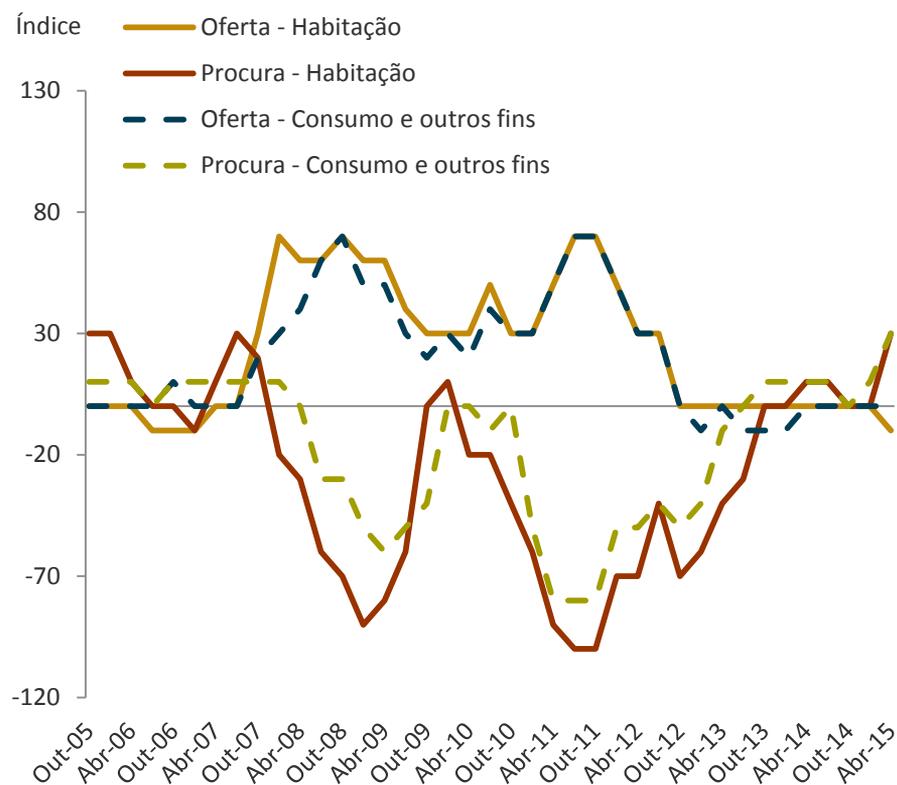
Recentemente a procura de crédito por empresas abrandou, tendo crescido no segmento dos particulares.

Evolução do índice de difusão que reflecte a evolução da oferta e da procura de crédito a empresas em Portugal



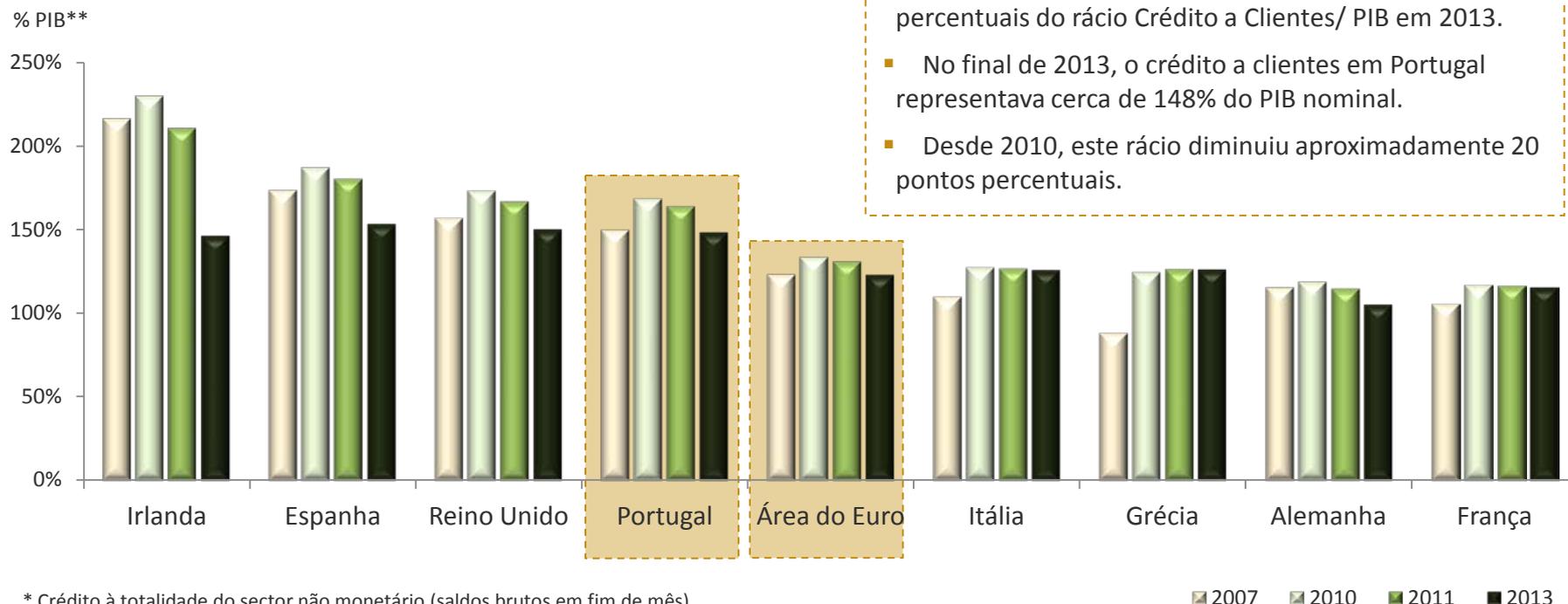
Fonte: Banco de Portugal (Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito)

Evolução do índice de difusão que reflecte a evolução da oferta e da procura de crédito a particulares em Portugal



Apesar da redução do Rácio Crédito / PIB desde 2010, o nível de endividamento bancário da economia portuguesa ainda é elevado, face ao contexto europeu.

Rácio Crédito a Clientes* / PIB**



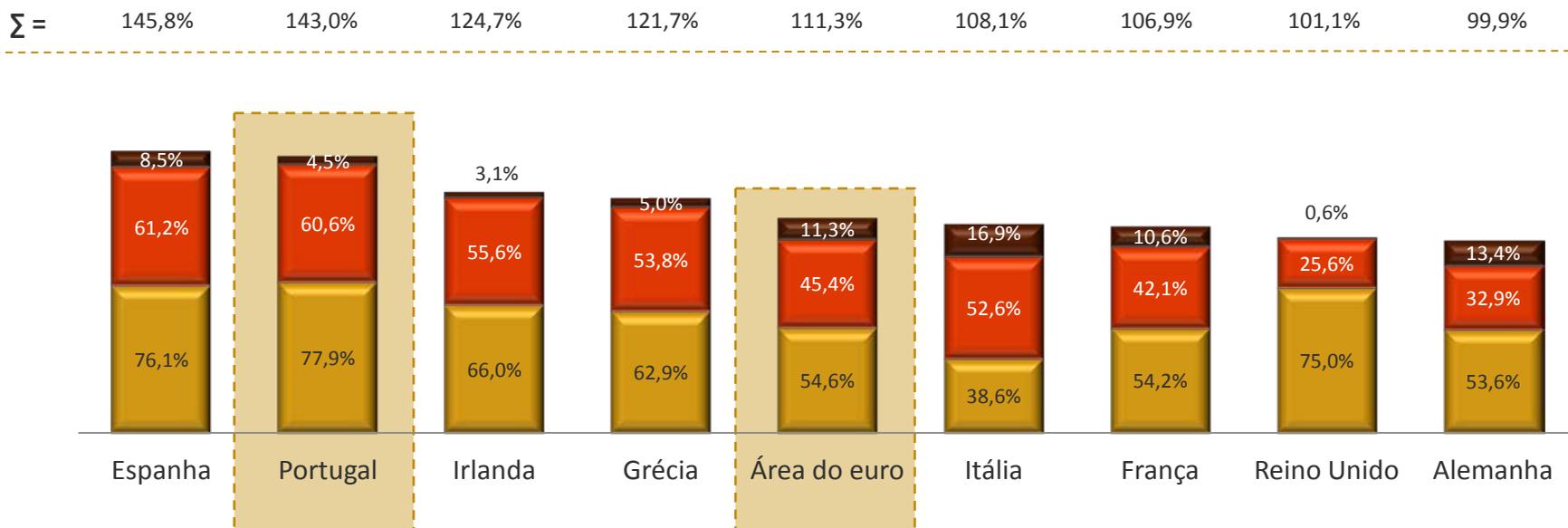
* Crédito à totalidade do sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

** Produto Interno Bruto (nominal).

Fonte: BCE, Eurostat

Nomeadamente, particulares e sociedades não financeiras (SNFs) revelam uma dependência do crédito bancário maior do que na área do Euro.

Peso do crédito a particulares, sociedades não financeiras e administração pública no PIB*, em Portugal e noutros países da União Europeia (Dezembro 2013)



* Produto Interno Bruto (nominal).

** Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

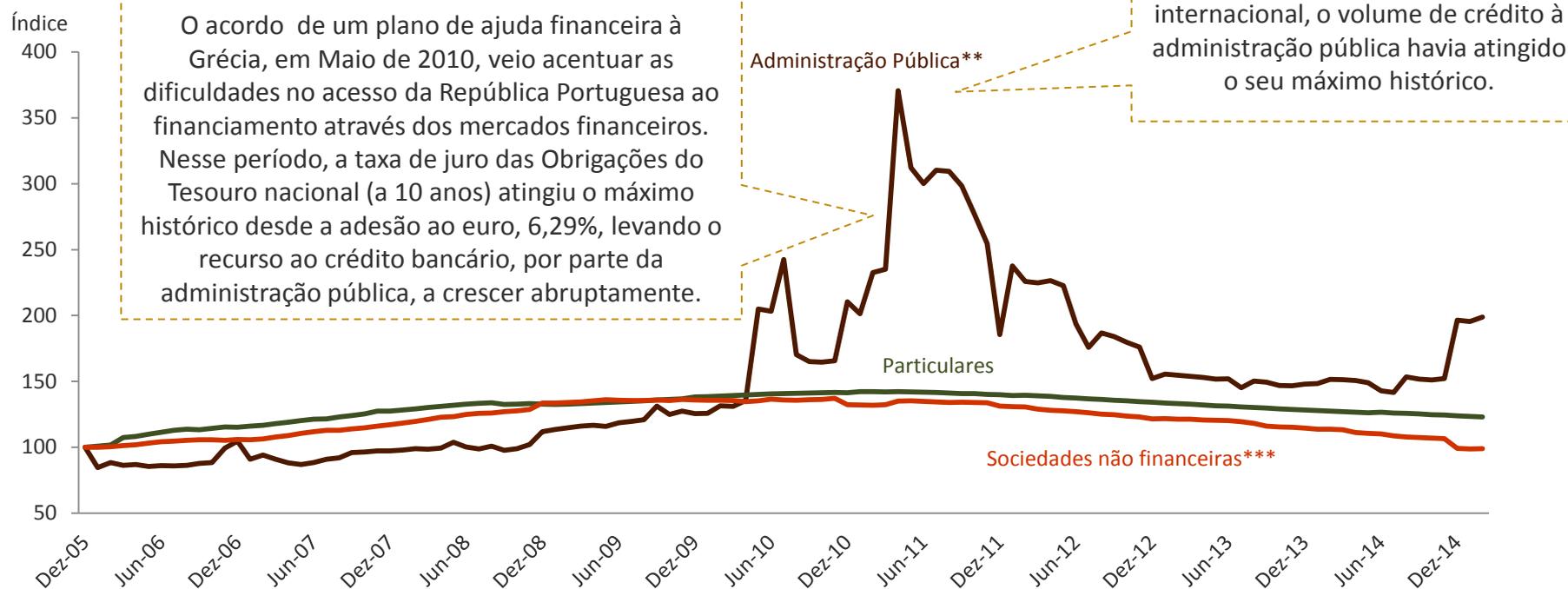
*** Inclui empresas públicas.

■ Administração pública** ■ Sociedades não financeiras*** ■ Particulares

Fonte: Ameco, BCE

Os *stocks* de crédito a particulares e sociedades não financeiras demonstram evoluções divergentes face ao *stock* de crédito à administração pública.

Evolução do volume de crédito* por sector institucional (Dez. 2005=100)



* Saldos brutos em fim de mês.

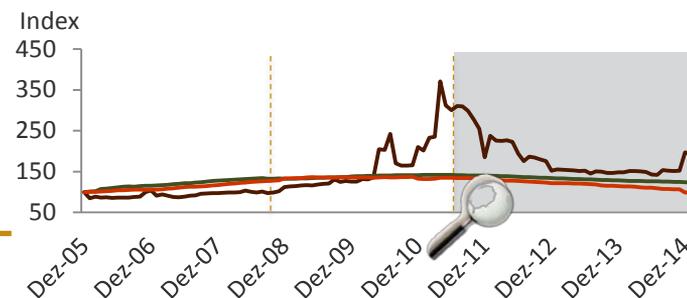
** Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

*** Inclui empresas públicas.

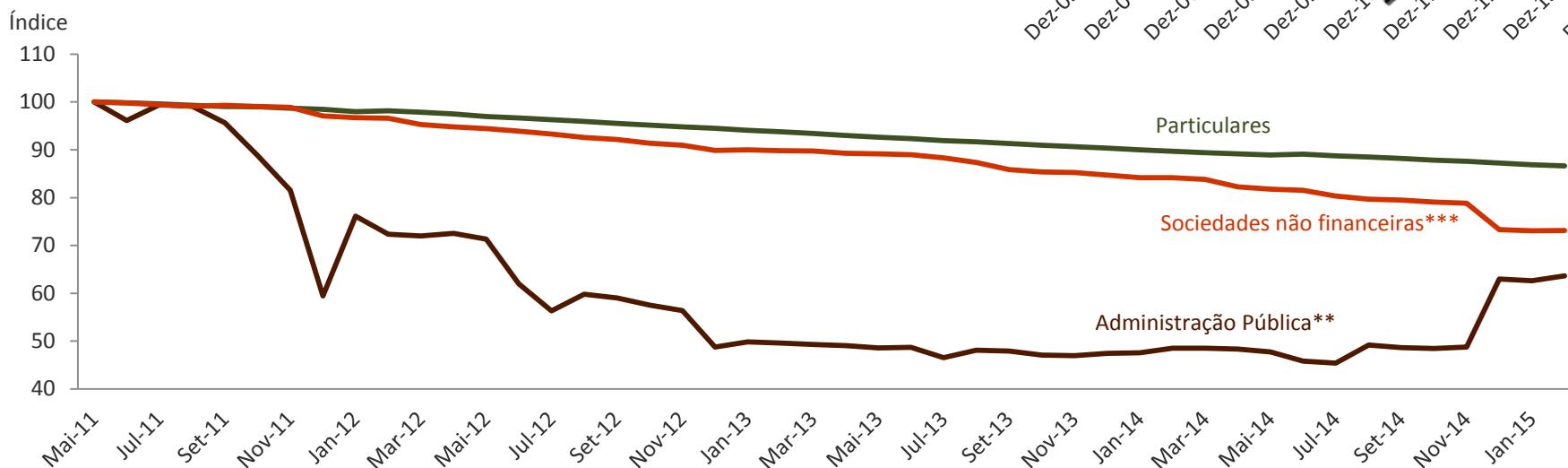
Fonte: Banco de Portugal

Desde o início do PAEF, o *stock* de crédito à administração pública diminuiu a um ritmo maior que o do *stock* de crédito a particulares e a sociedades não financeiras.

Evolução do volume de crédito* por sector institucional (Dez. 2005=100)



Evolução do volume de crédito* por sector institucional (Mai. 2011=100)



* Saldos brutos em fim de mês.

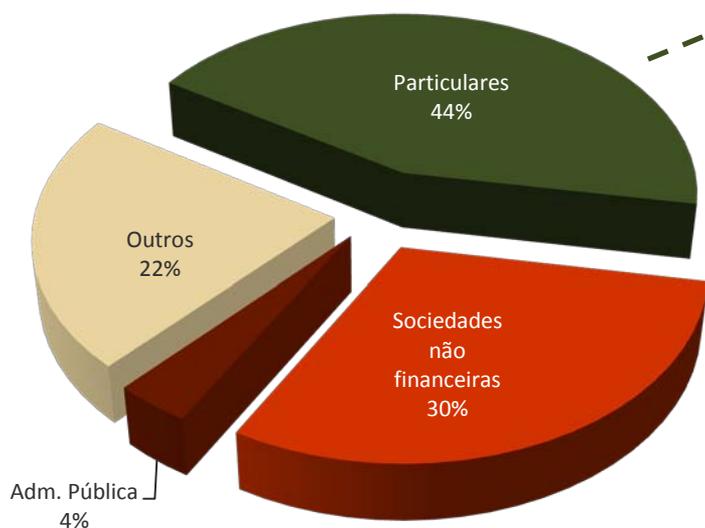
** Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

*** Inclui empresas públicas.

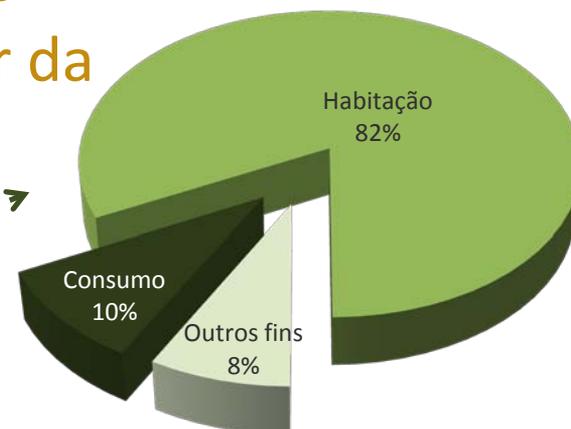
Fonte: Banco de Portugal

Se o crédito a particulares é maioritariamente para habitação, o crédito a sociedades não financeiras destina-se sobretudo ao sector da construção e do imobiliário.

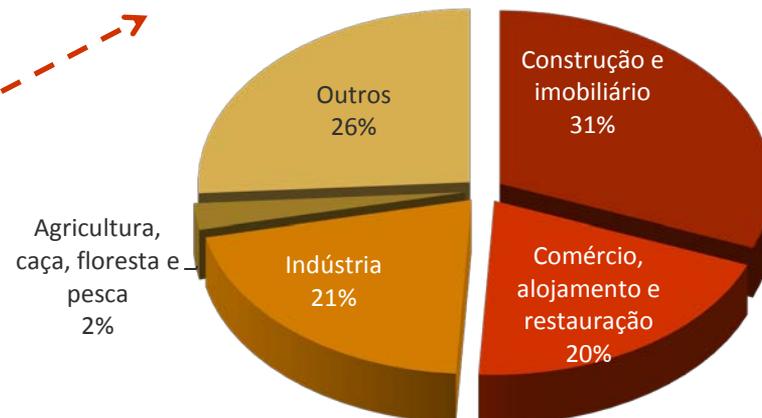
Crédito* (Fevereiro 2015)



Crédito a particulares



Crédito a sociedades não financeiras

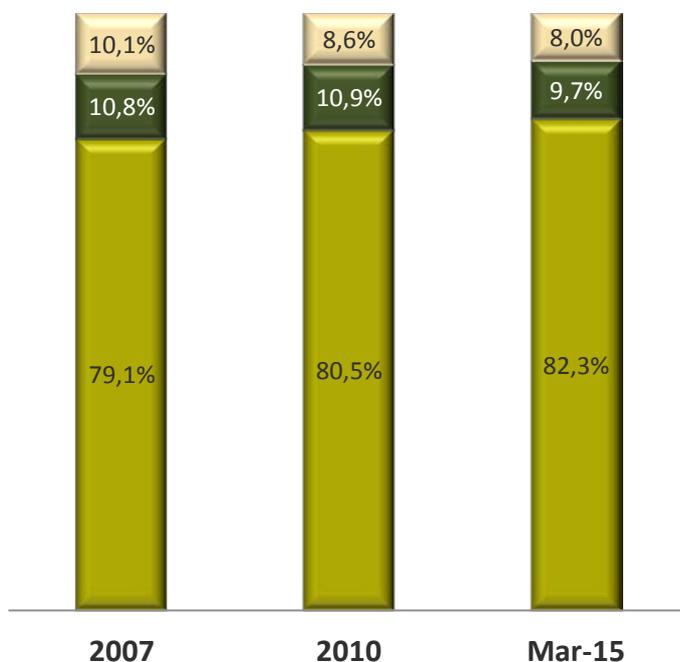


* Crédito aos sectores monetário e não monetário, incluindo não residentes (saldos brutos em fim de mês).

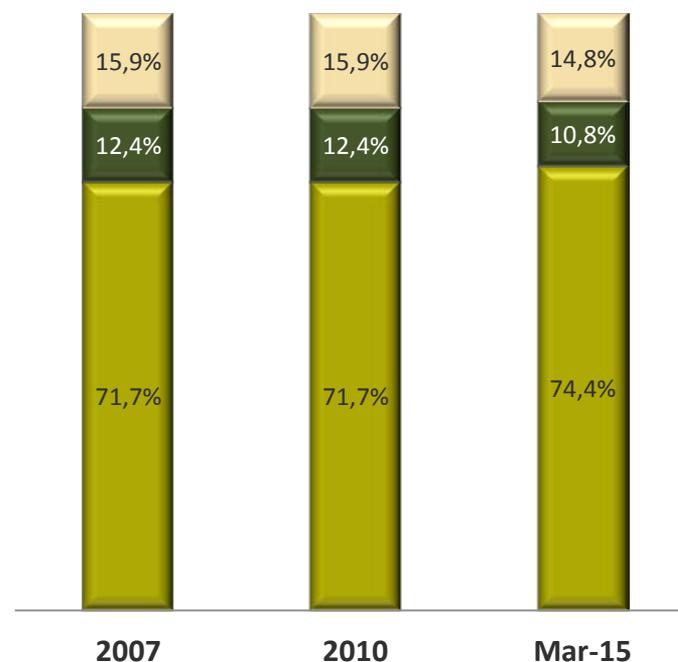
Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, a proporção do crédito à habitação no total do crédito concedido a particulares tem maior expressão do que na área do Euro.

Portugal



Área do Euro

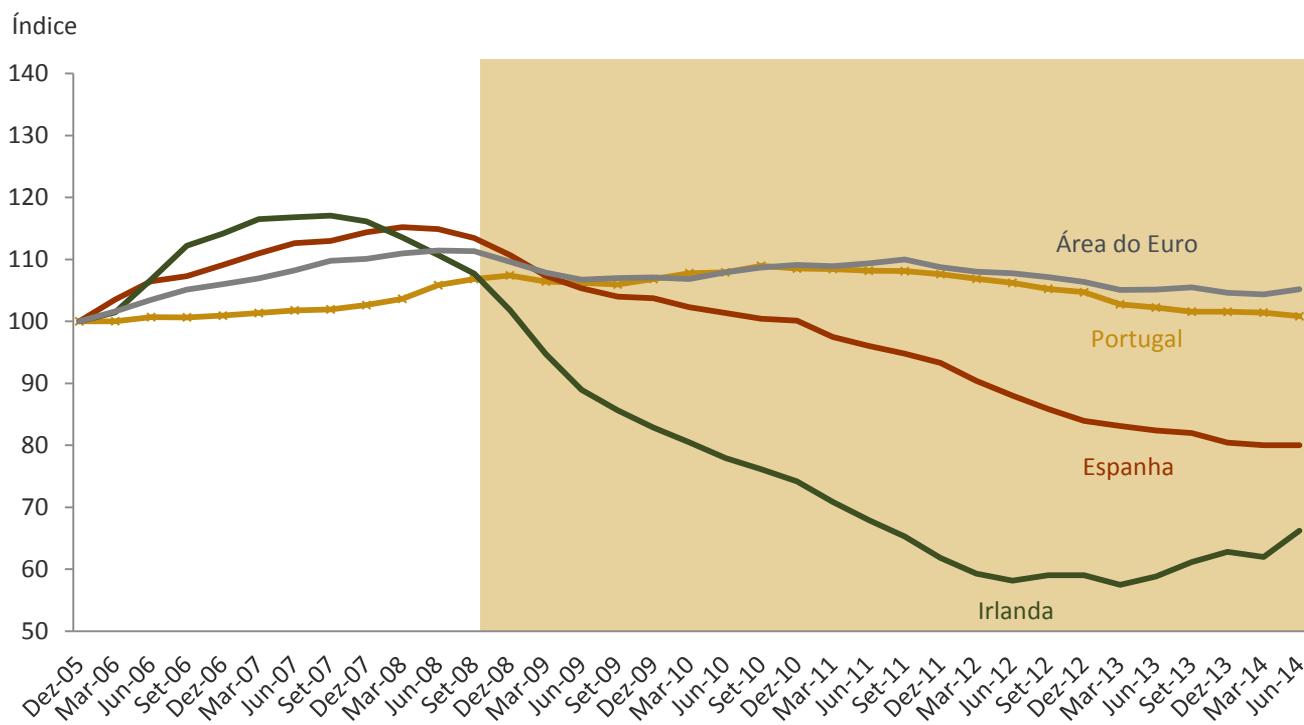


O peso do crédito ao consumo no total do crédito concedido a particulares tem vindo a diminuir tanto em Portugal como na área do Euro. Contudo, este tipo de crédito é menos relevante no caso português do que na área do Euro.

■ Outros fins ■ Consumo ■ Habitação

A evolução dos preços da habitação em Portugal tem sido relativamente estável quando comparada com a de outros países da área do Euro.

Índice de preços da habitação, em Portugal e noutros países da área do Euro (Dez. 2005=100)



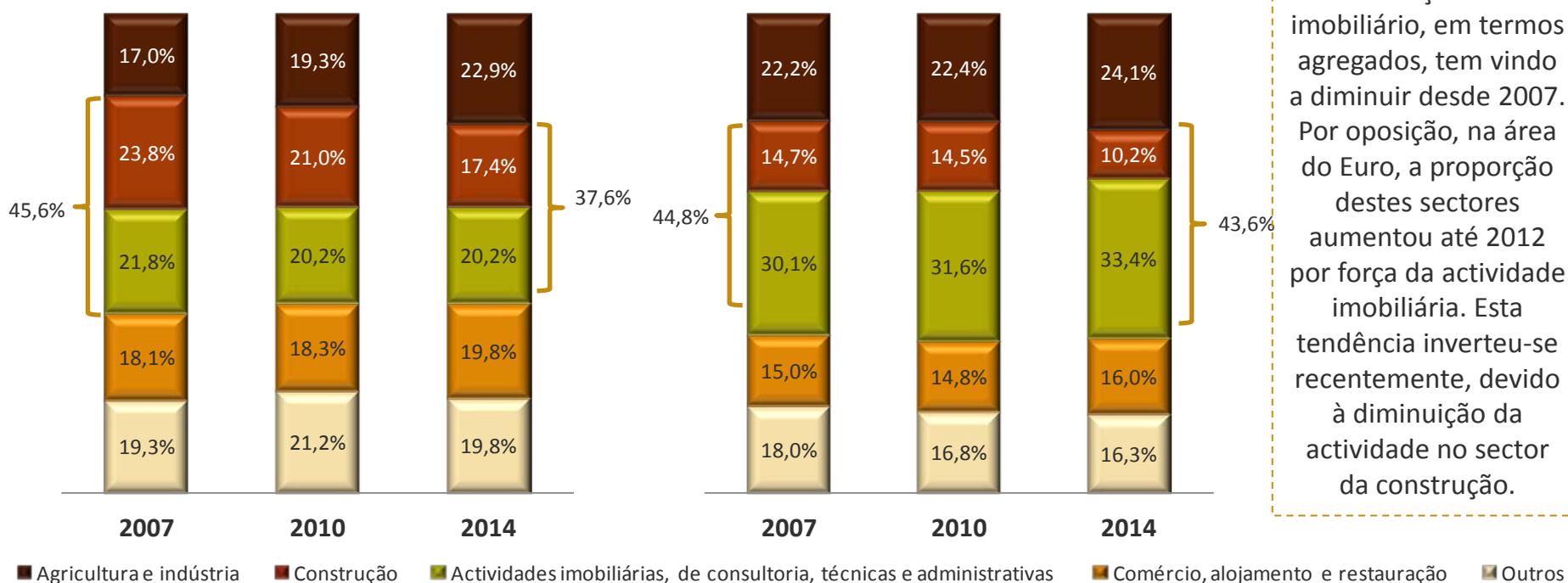
Apesar da crise do *sub-prime*, os preços da habitação em Portugal mantiveram-se relativamente constantes. O sector imobiliário não foi alvo de *boom* especulativo, ao contrário do que aconteceu em Espanha e na Irlanda.

Fonte: BCE

Em Portugal, o sector das actividades imobiliárias não assume particular destaque na distribuição de crédito a sociedades não financeiras, algo que acontece na área do Euro.

Portugal

Área do Euro



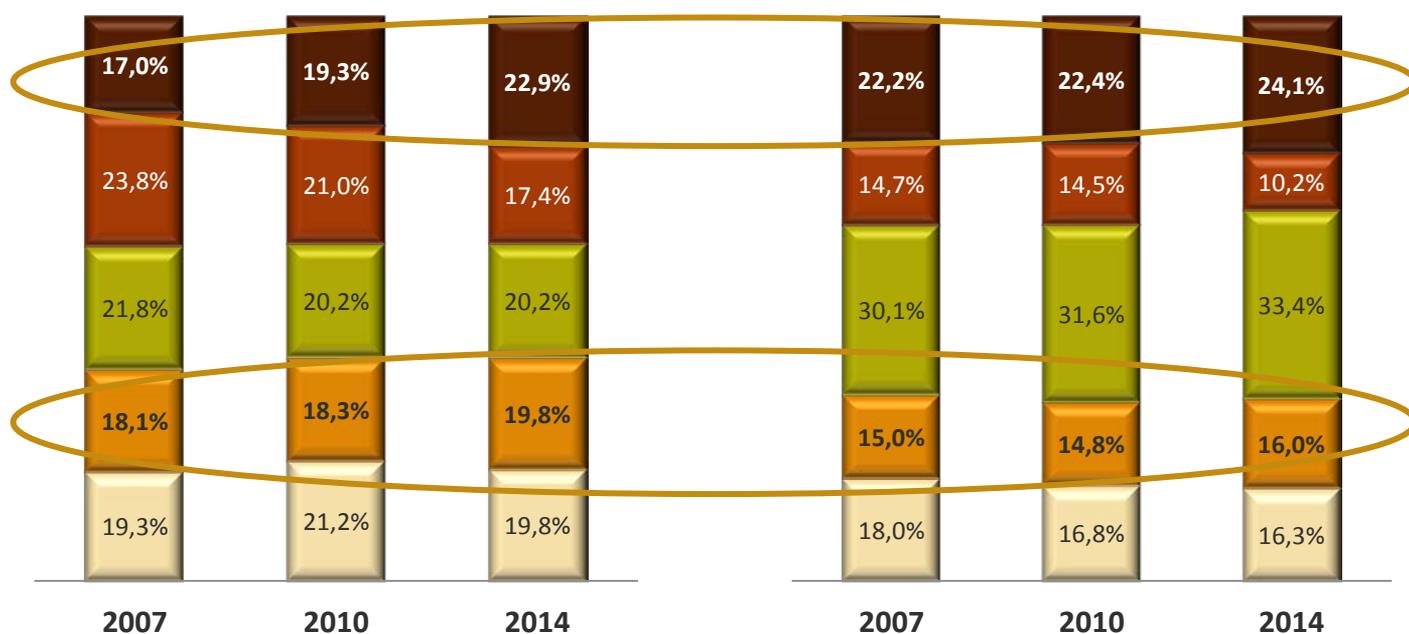
Em Portugal, o peso dos sectores da construção e do imobiliário, em termos agregados, tem vindo a diminuir desde 2007. Por oposição, na área do Euro, a proporção destes sectores aumentou até 2012 por força da actividade imobiliária. Esta tendência inverteu-se recentemente, devido à diminuição da actividade no sector da construção.

Fonte: Banco de Portugal, BCE

Já os sectores do comércio, alojamento e restauração absorvem uma maior quota do crédito a SNFs em Portugal do que na área do Euro.

Portugal

Área do Euro



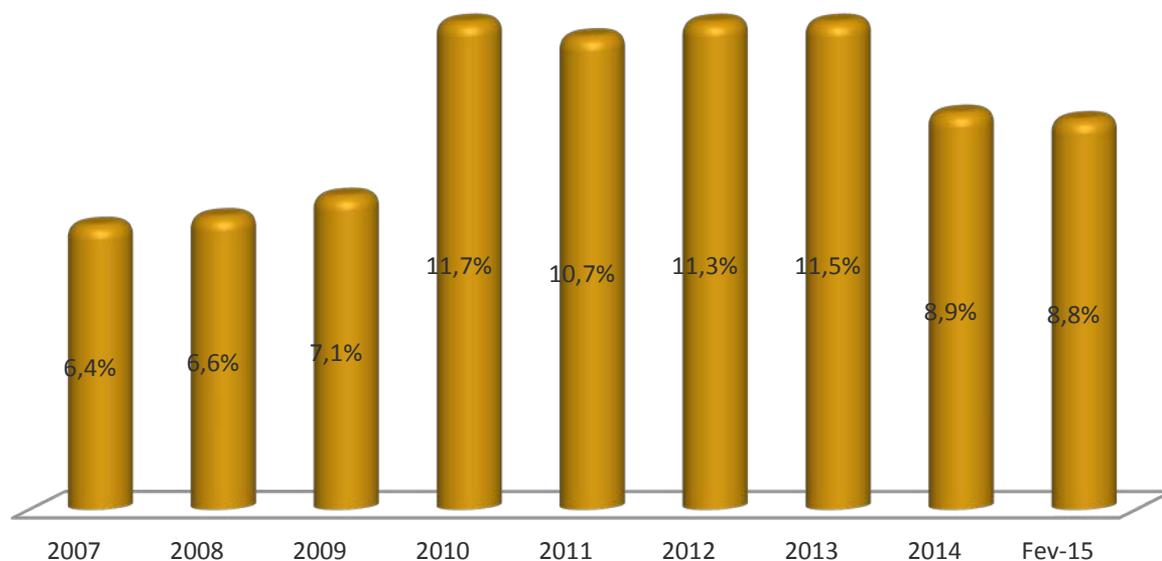
O crédito destinado aos sectores da agricultura e indústria tem maior preponderância na área do Euro do que Portugal. No entanto, a quota deste segmento no total do crédito a SNFs aumentou significativamente em Portugal nos últimos sete anos.

■ Agricultura e indústria ■ Construção ■ Actividades imobiliárias, de consultoria, técnicas e administrativas ■ Comércio, alojamento e restauração ■ Outros

Fonte: Banco de Portugal, BCE

As empresas públicas representam cerca de 9% da dívida total das sociedades não financeiras ao sector financeiro residente.

Dívida das sociedades não financeiras públicas ao sector financeiro em Portugal*



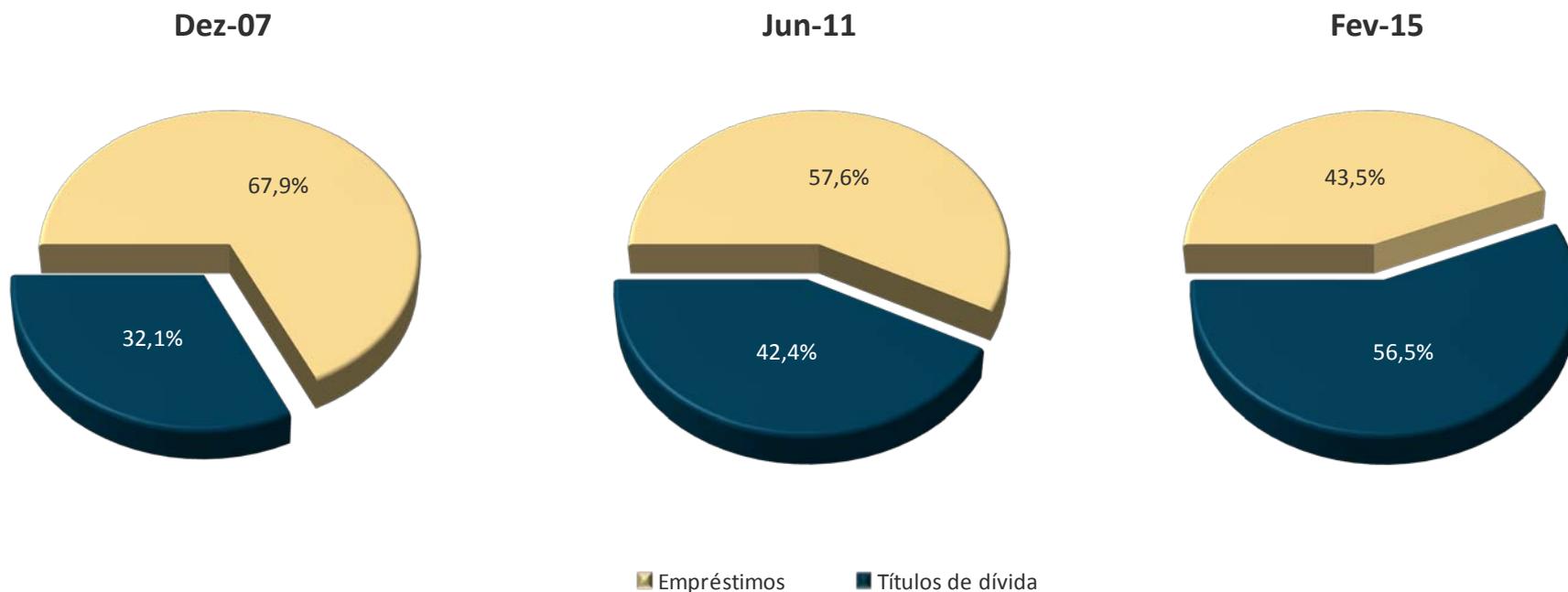
Em Portugal, a dívida do Sector Empresarial do Estado absorve uma parte significativa do total do financiamento a sociedades não financeiras. Este valor aumentou substancialmente desde 2009, fruto da crise da dívida soberana. Apesar da redução em 2014, é ainda superior ao verificado no período anterior a 2010.

* Em percentagem dos saldos de empréstimos contraídos e títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras face ao sector financeiro residente. O conceito de sector financeiro residente inclui não apenas bancos, mas também outras instituições financeiras.

Fonte: Banco de Portugal

A dívida das empresas públicas ao sector financeiro residente sob a forma de títulos tem vindo em ganhar importância face aos empréstimos.

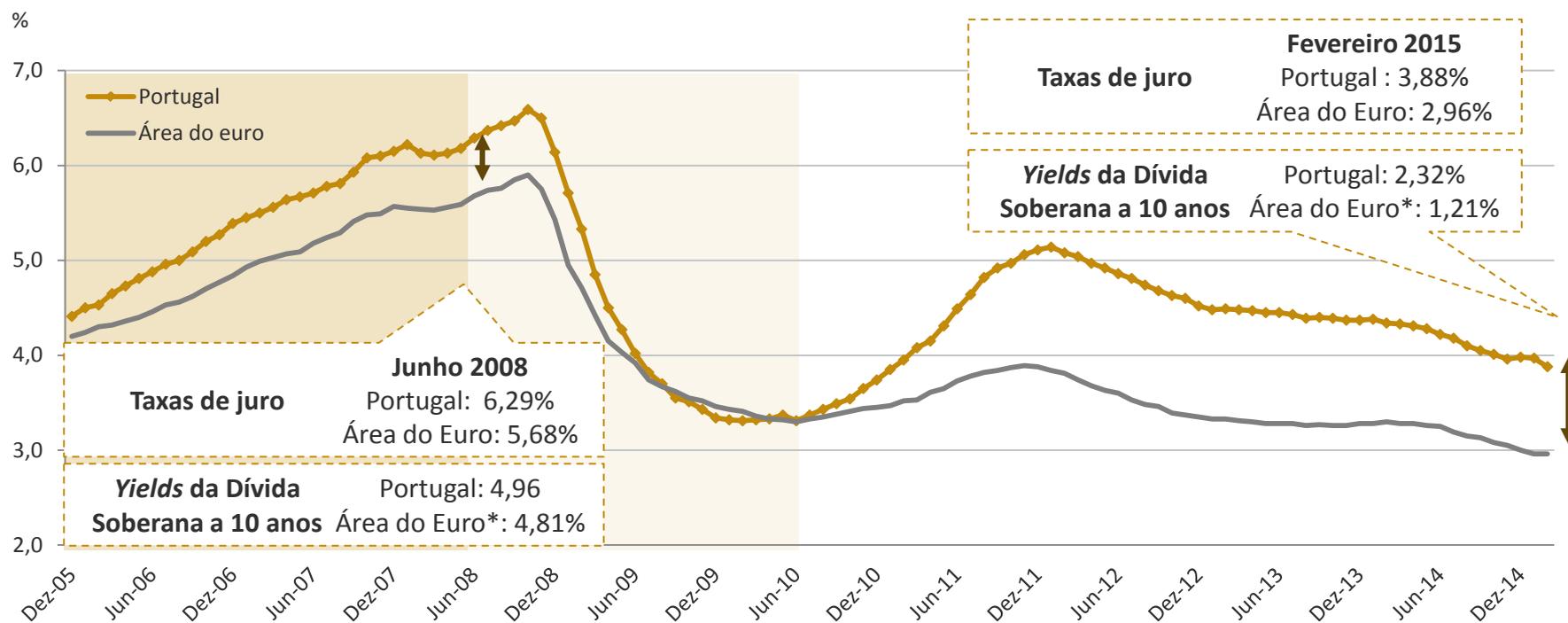
Dívida das sociedades não financeiras públicas ao sector financeiro em Portugal, por instrumento



Fonte: Banco de Portugal

O diferencial entre as taxas de juro médias dos empréstimos a SNFs em Portugal e na área do Euro aumentou depois do início da crise da dívida soberana.

Evolução das taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (stock em balanço) a sociedades não financeiras, em Portugal e na área do Euro

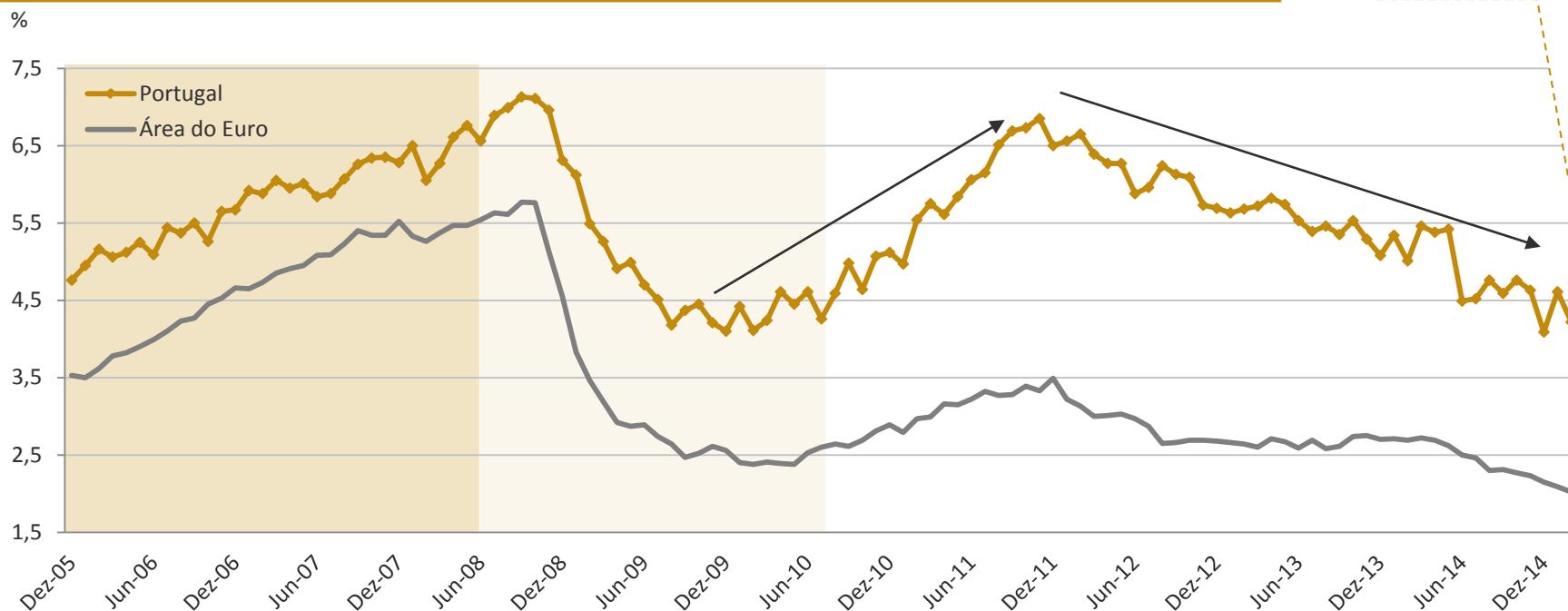


* Obrigação de Referência da Área Euro – Composição variável. Calculada como média ponderada das yields das dívidas soberanas dos países da área do Euro, utilizando os montantes remanescentes em dívida a 10 anos como ponderadores.
Fonte: BCE

As taxas de juro dos novos empréstimos a SNFs em Portugal aumentaram desde meados de 2009, mas têm vindo a decrescer desde o início de 2012.

Evolução das taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (novas operações) a sociedades não financeiras, em Portugal e na área do Euro

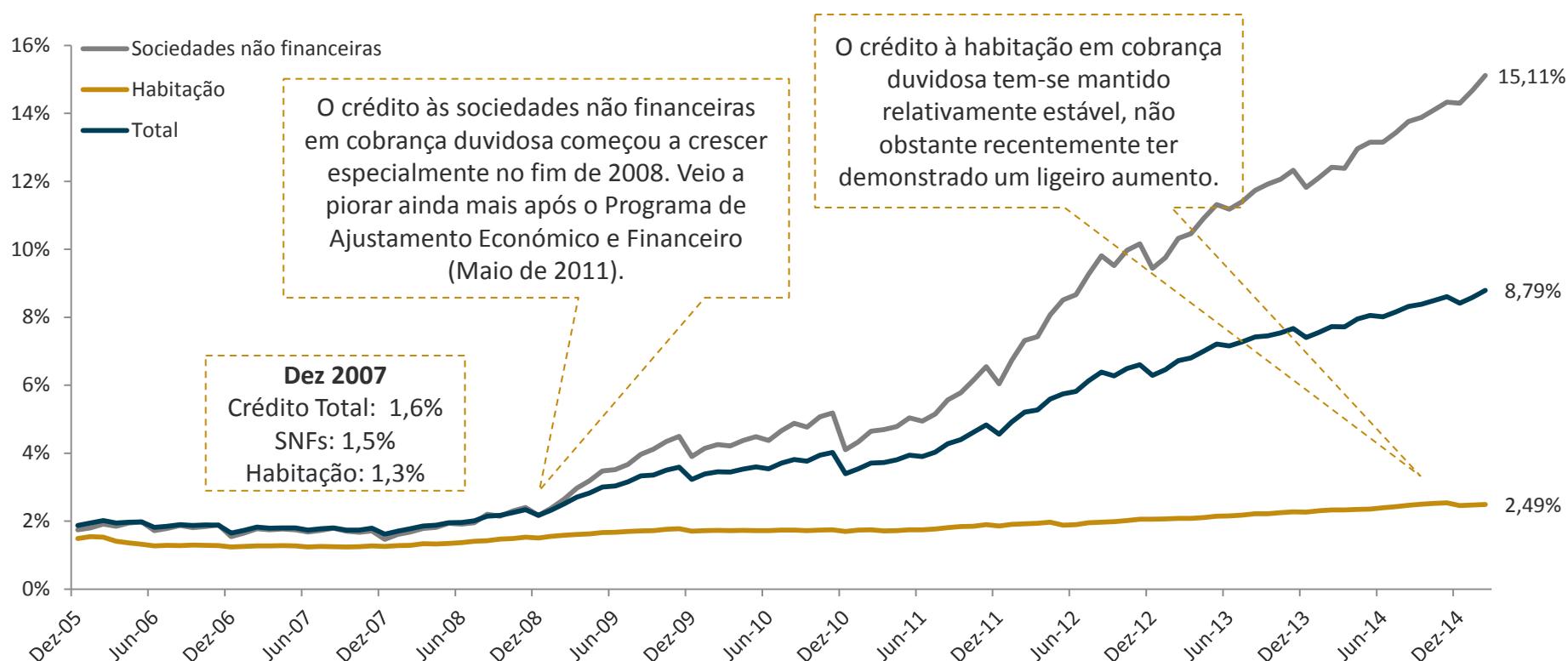
Fevereiro 2015
Portugal: 4,22%
Área do Euro: 2,02%



Fonte: BCE

O crédito em cobrança duvidosa aumentou desde 2008, especialmente no segmento empresarial.

Crédito em cobrança duvidosa* em percentagem do crédito total correspondente (até Fevereiro 2015)



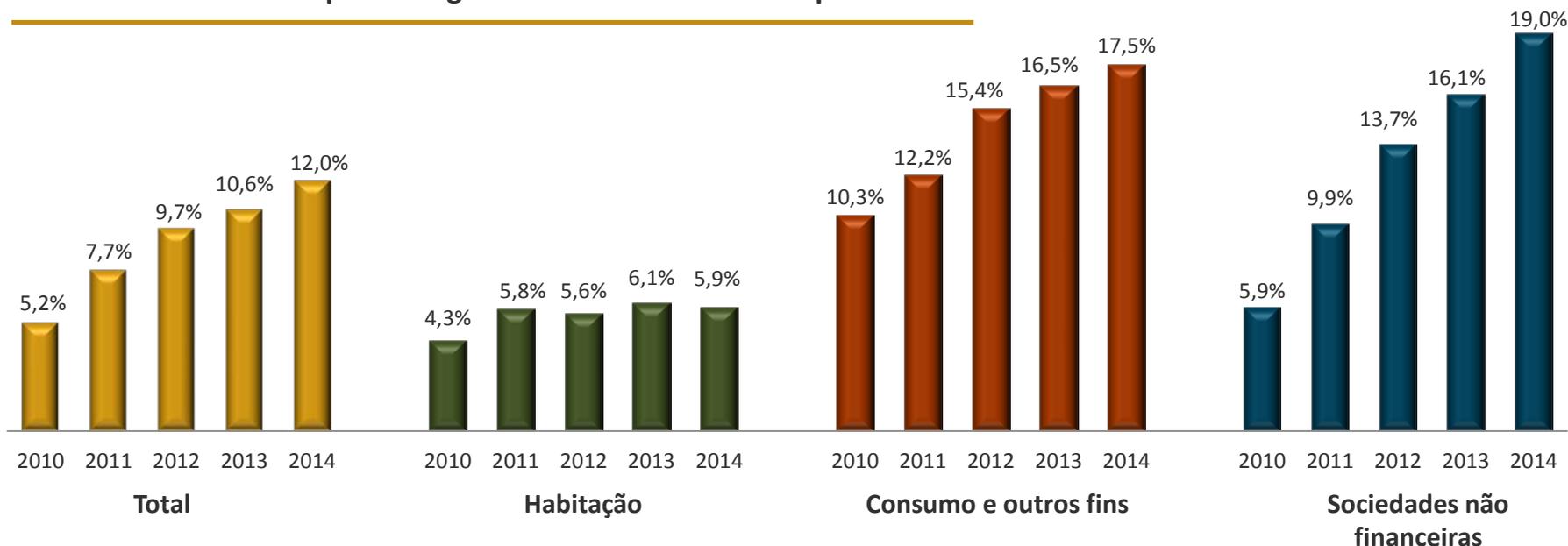
* Prestações vencidas (pelo menos 30 dias) e prestações futuras de cobrança duvidosa.

Fonte: Banco de Portugal

Em 2011, sob os requisitos do PAEF, o Banco de Portugal introduziu o rácio de crédito em risco (NPLs), em linha com as práticas internacionais.

O novo rácio inclui a totalidade do crédito com incumprimento, e não apenas o montante vencido.

Crédito em risco* em percentagem do crédito total correspondente



* Inclui o valor total em dívida: i) do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ii) dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e iii) do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

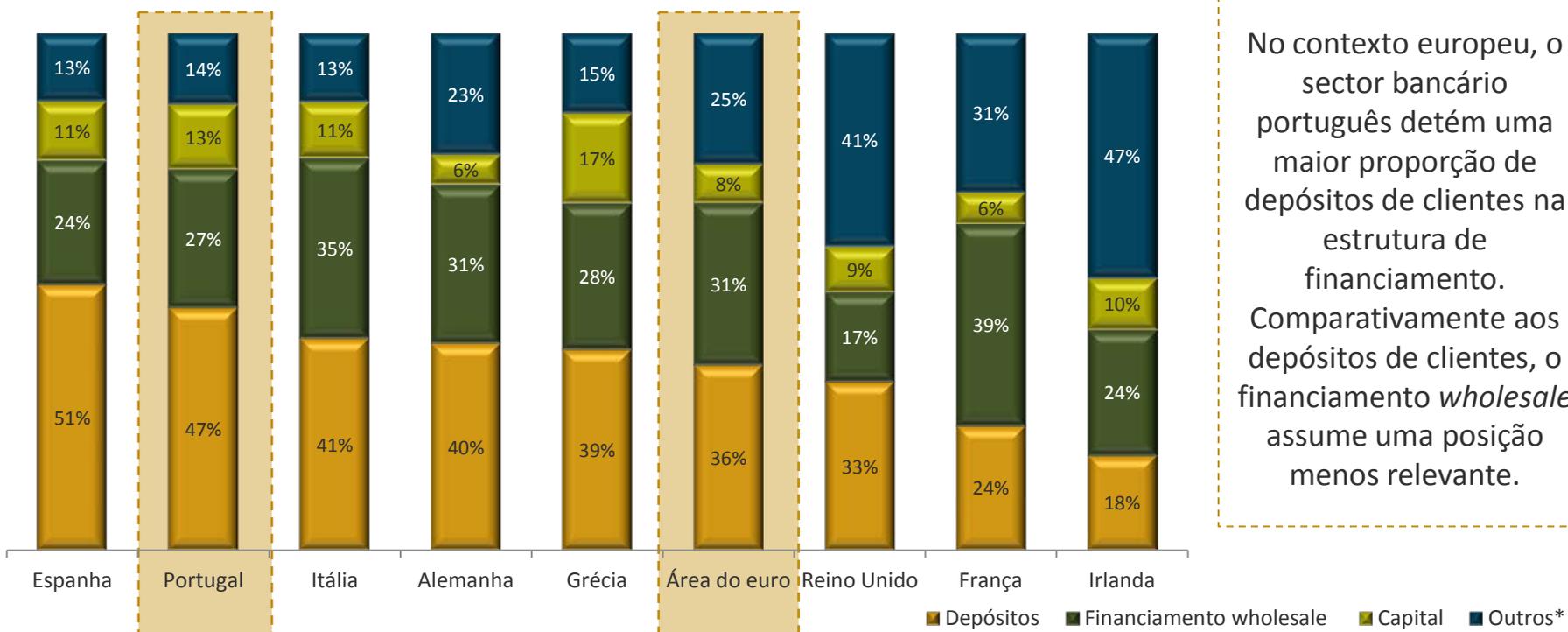
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

III. Financiamento

Os depósitos de clientes constituem a fonte mais importante de financiamento dos bancos portugueses.

Comparação da estrutura de financiamento dos bancos portugueses com a de outros países da União Europeia (Fevereiro 2015)



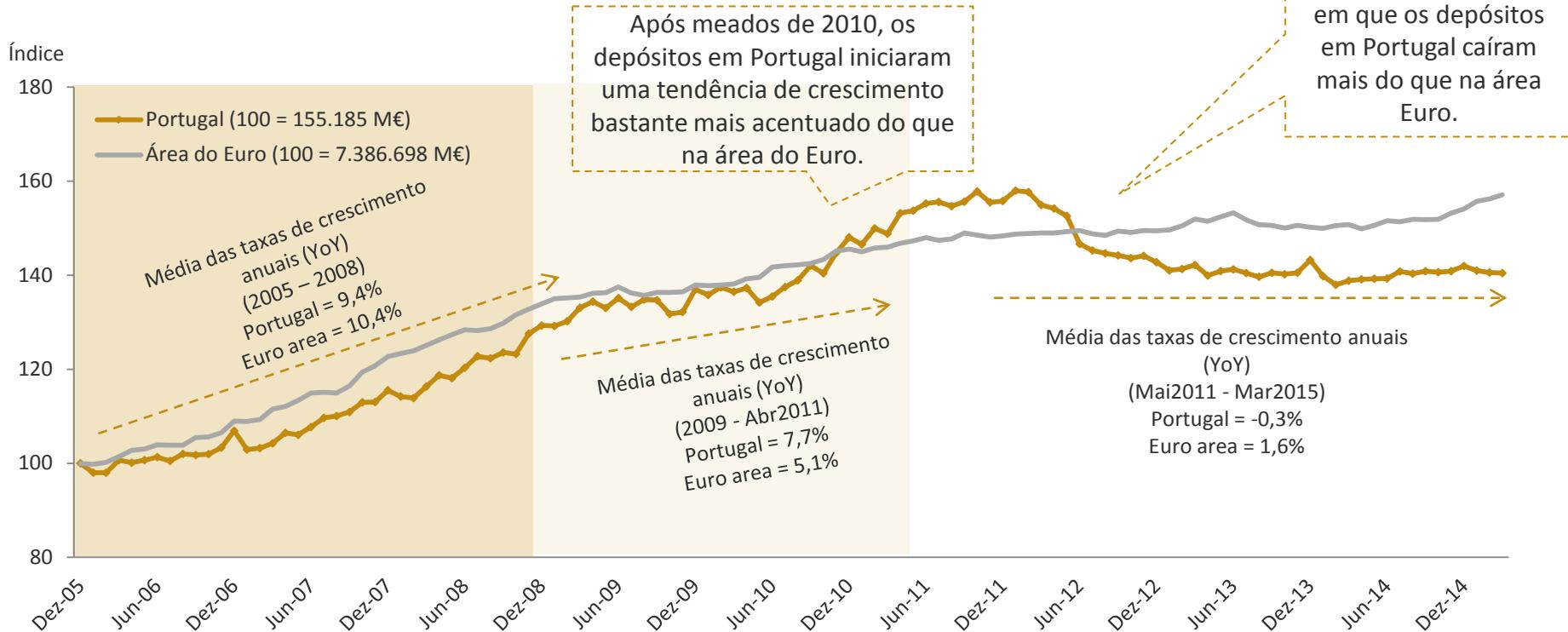
No contexto europeu, o sector bancário português detém uma maior proporção de depósitos de clientes na estrutura de financiamento. Comparativamente aos depósitos de clientes, o financiamento *wholesale* assume uma posição menos relevante.

* Inclui responsabilidades com entidades não residentes na área do Euro, excepto para o Reino Unido em que inclui responsabilidades com não residentes no país.

Fonte: BCE

A tendência de crescimento dos depósitos da área Euro revelou-se mais estável que a portuguesa.

Evolução dos depósitos* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

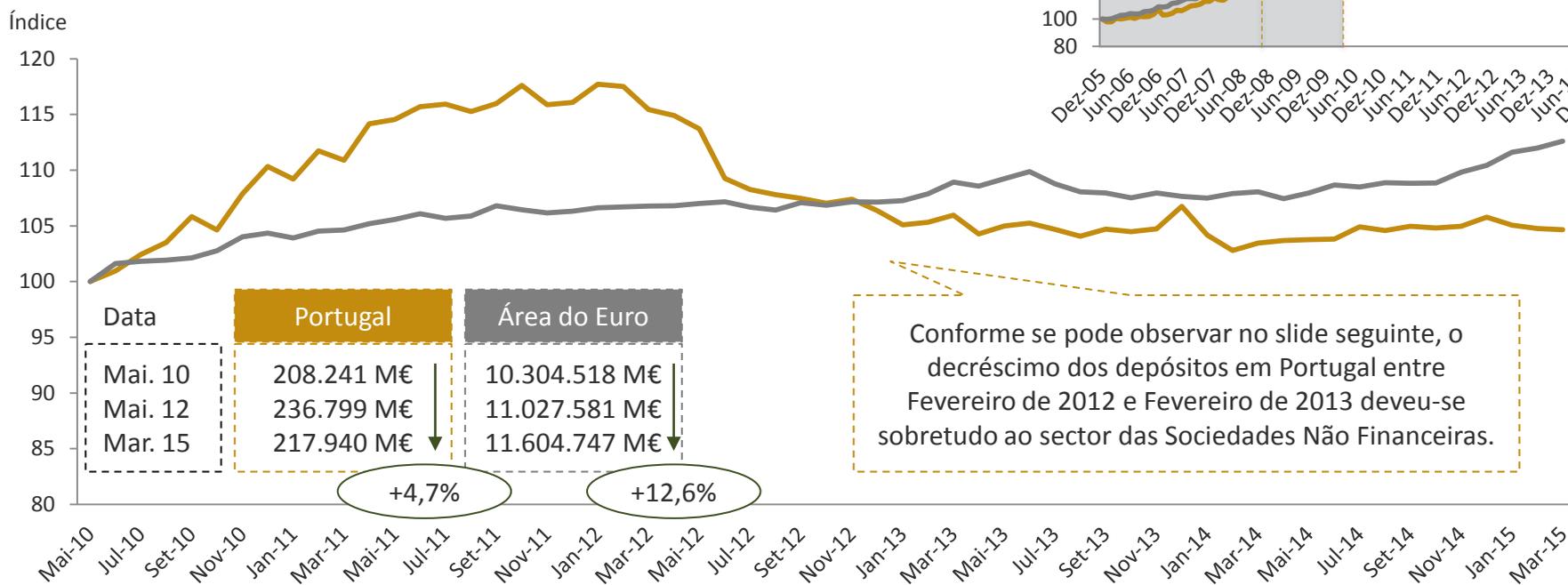


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

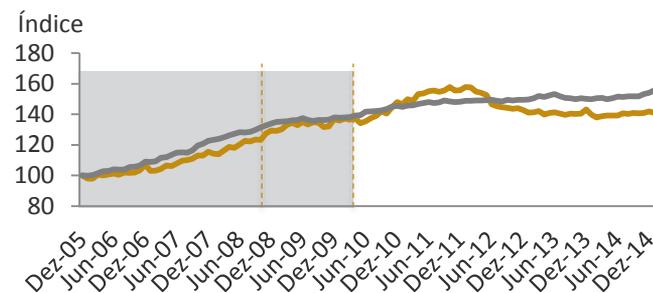
Fonte: BCE

Mais recentemente, os volumes dos depósitos da área do Euro e de Portugal têm-se mantido relativamente constantes.

Evolução dos depósitos* em Portugal e na área do Euro (Mai. 2010=100)



Evolução dos depósitos* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



Conforme se pode observar no slide seguinte, o decréscimo dos depósitos em Portugal entre Fevereiro de 2012 e Fevereiro de 2013 deveu-se sobretudo ao sector das Sociedades Não Financeiras.

* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

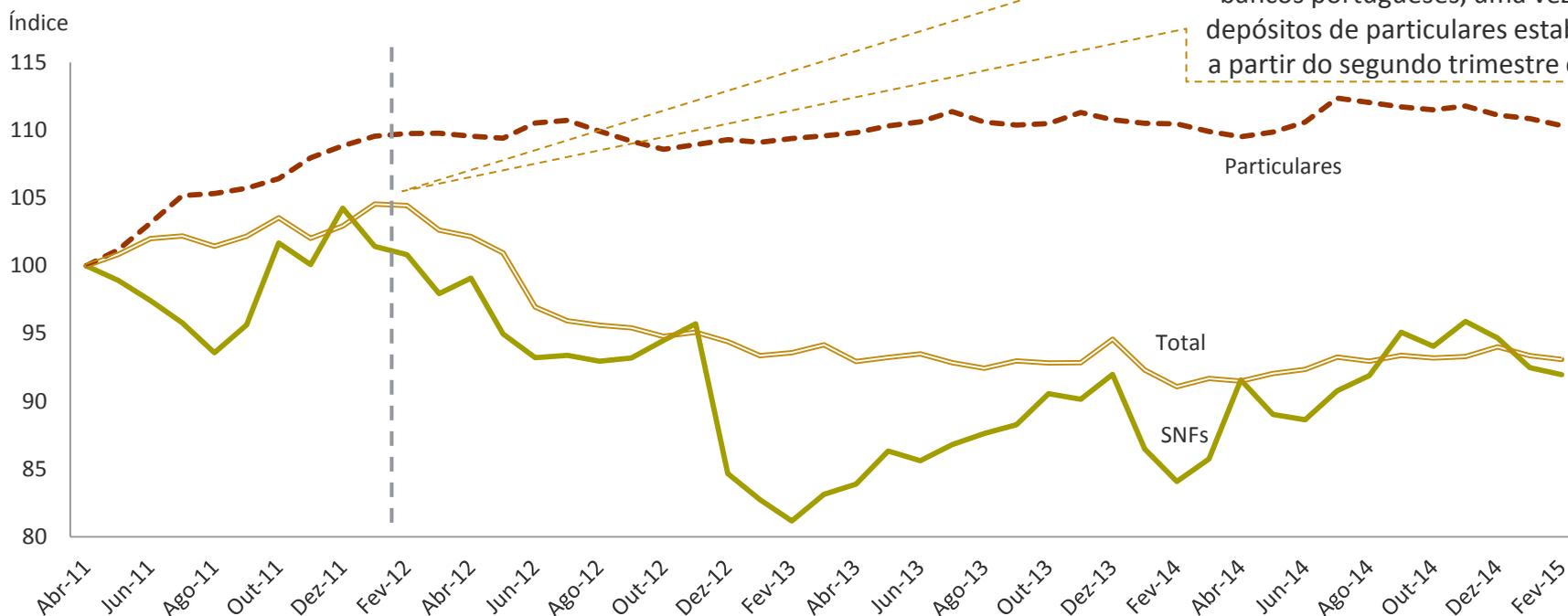
Fonte: BCE

— Portugal
— Área do Euro

Não obstante a austeridade imposta pelo PAEF em Portugal, os depósitos das famílias continuaram a crescer até um ano após o início do Programa.

Desde o início de 2012, as sociedades não financeiras portuguesas têm vindo a reduzir o seu montante de depósitos devido às dificuldades financeiras que têm enfrentado. Esta tendência tem levado à redução dos depósitos dos bancos portugueses, uma vez que os depósitos de particulares estabilizaram a partir do segundo trimestre de 2012.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por sector institucional (Abr. 2011 = 100)

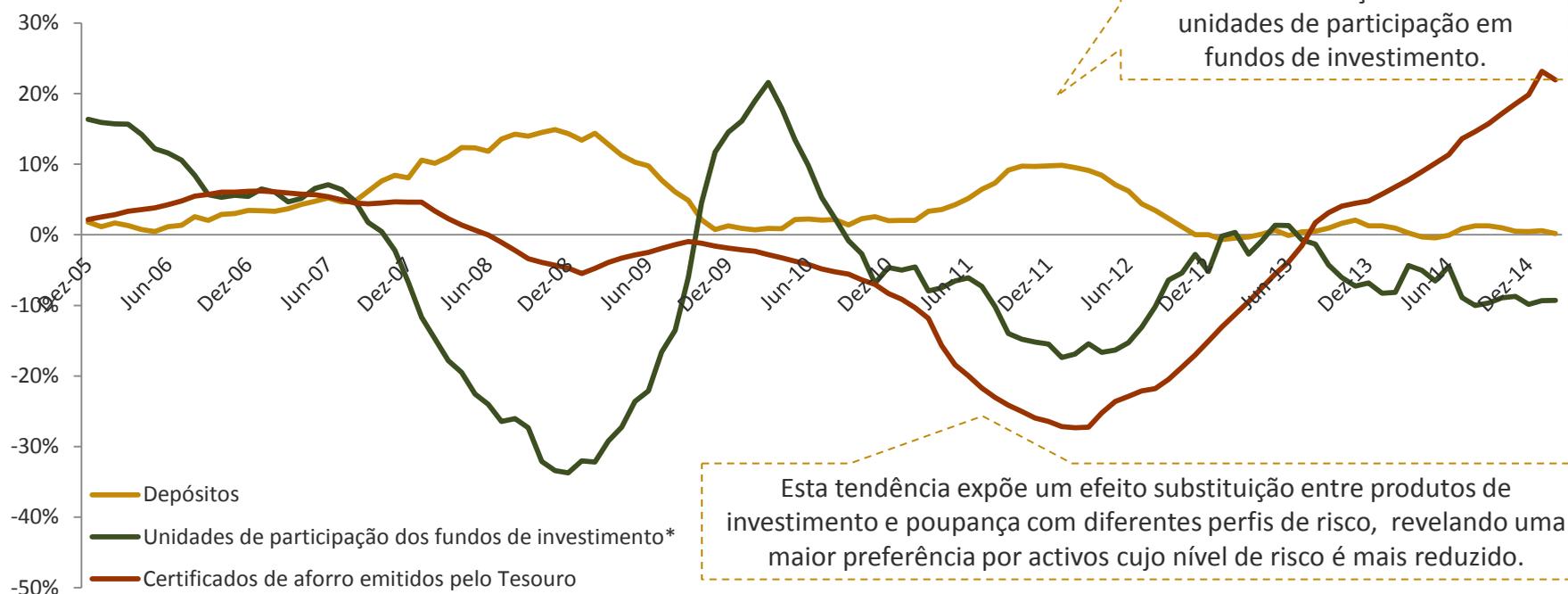


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

As rentabilidades atractivas dos certificados de aforro estimularam o seu crescimento desde 2013, coincidindo com uma redução das unidades de participação em fundos de investimento.

Taxas de crescimento dos depósitos, unidades de participação em fundos de investimento e certificados de aforro detidos por particulares, em Portugal (YoY)

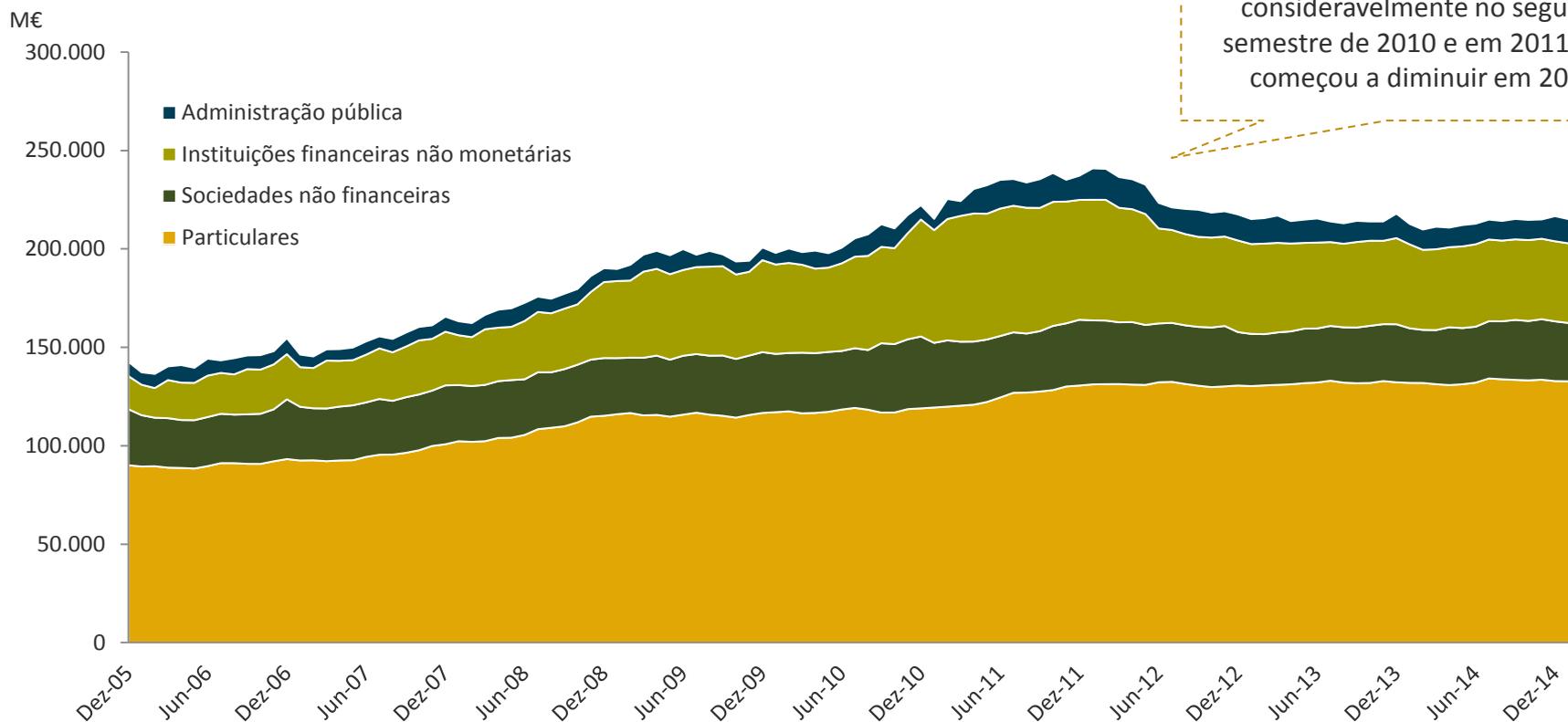


* Inclui fundos de acções, de obrigações, de tesouraria, do mercado monetário, de poupança reforma, de poupança em acções, de fundos e mistos.

Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, os depósitos são maioritariamente detidos por particulares e o seu peso tem vindo a aumentar.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por sector institucional (Fevereiro 2015)



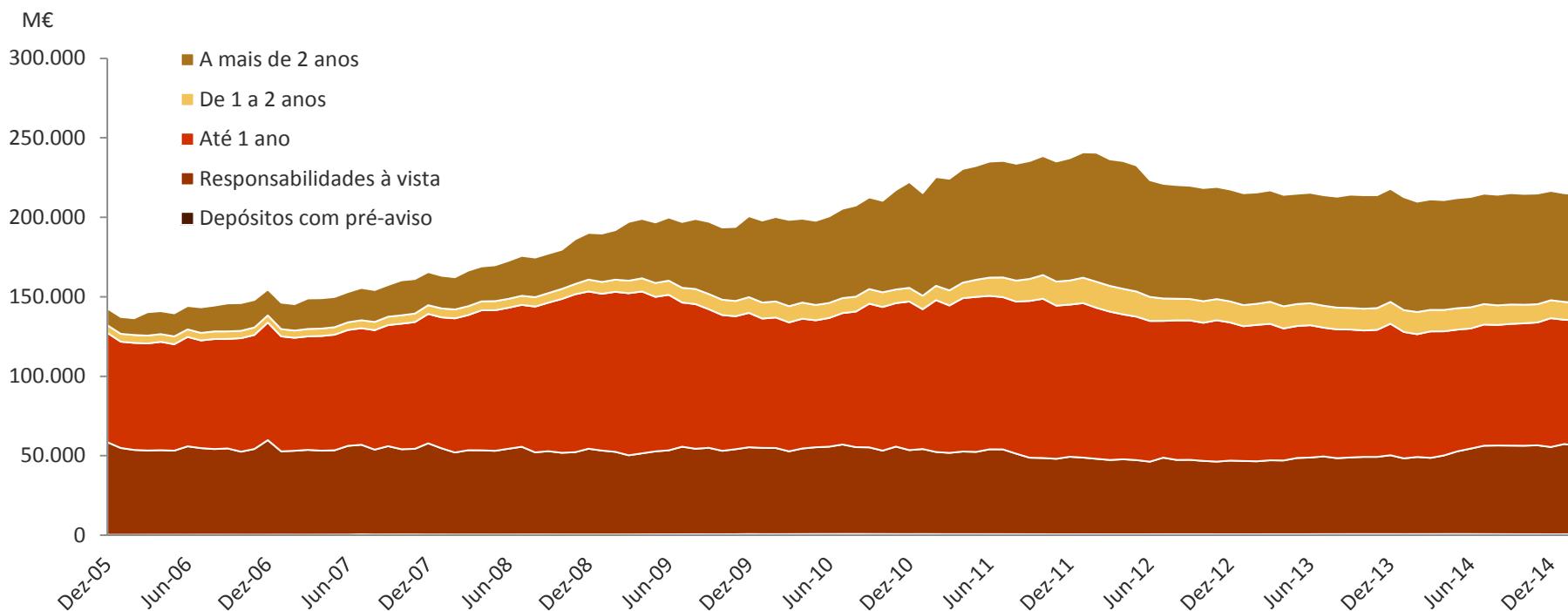
O peso das instituições financeiras não monetárias aumentou consideravelmente no segundo semestre de 2010 e em 2011, mas começou a diminuir em 2012.

* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Os depósitos com maturidade inferior a um ano são os que têm maior expressão, apesar do recente crescimento verificado nos depósitos a prazos mais longos.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por prazo

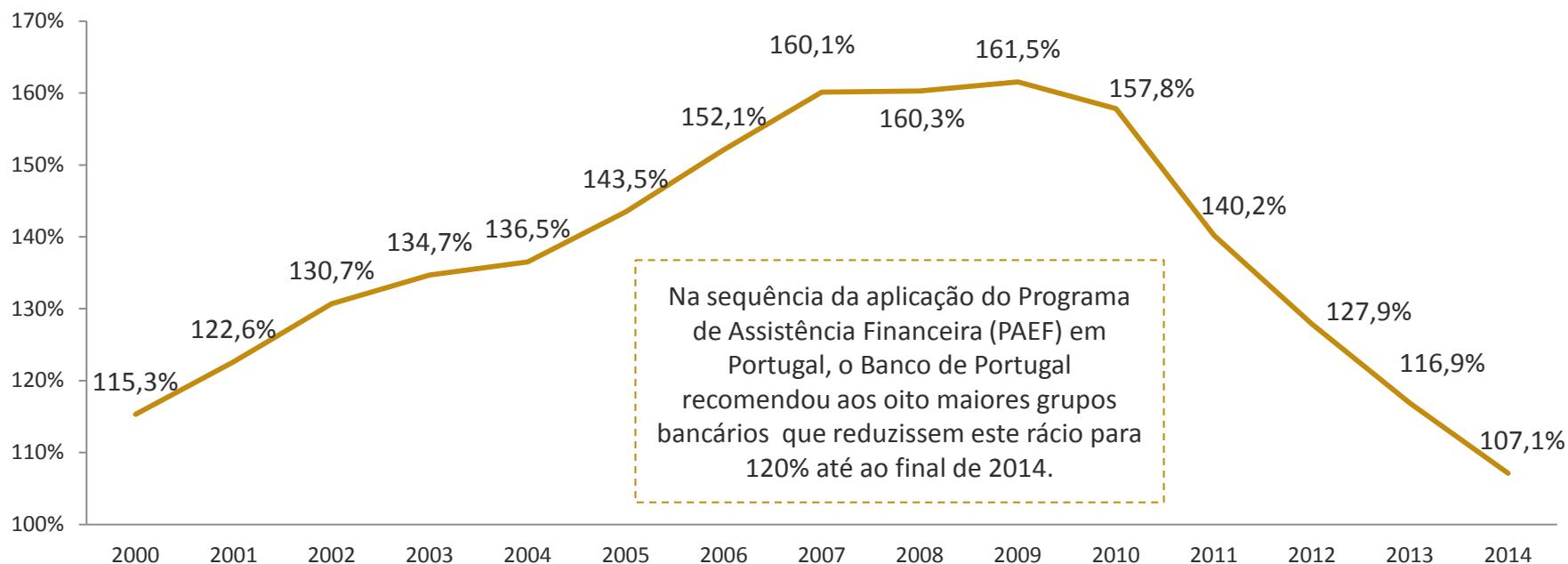


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

A diminuição do Rácio de Transformação reflecte a desalavancagem que tem vindo a ser realizada pelo sistema bancário português.

Rácio Crédito* / Recursos de Clientes, em base consolidada



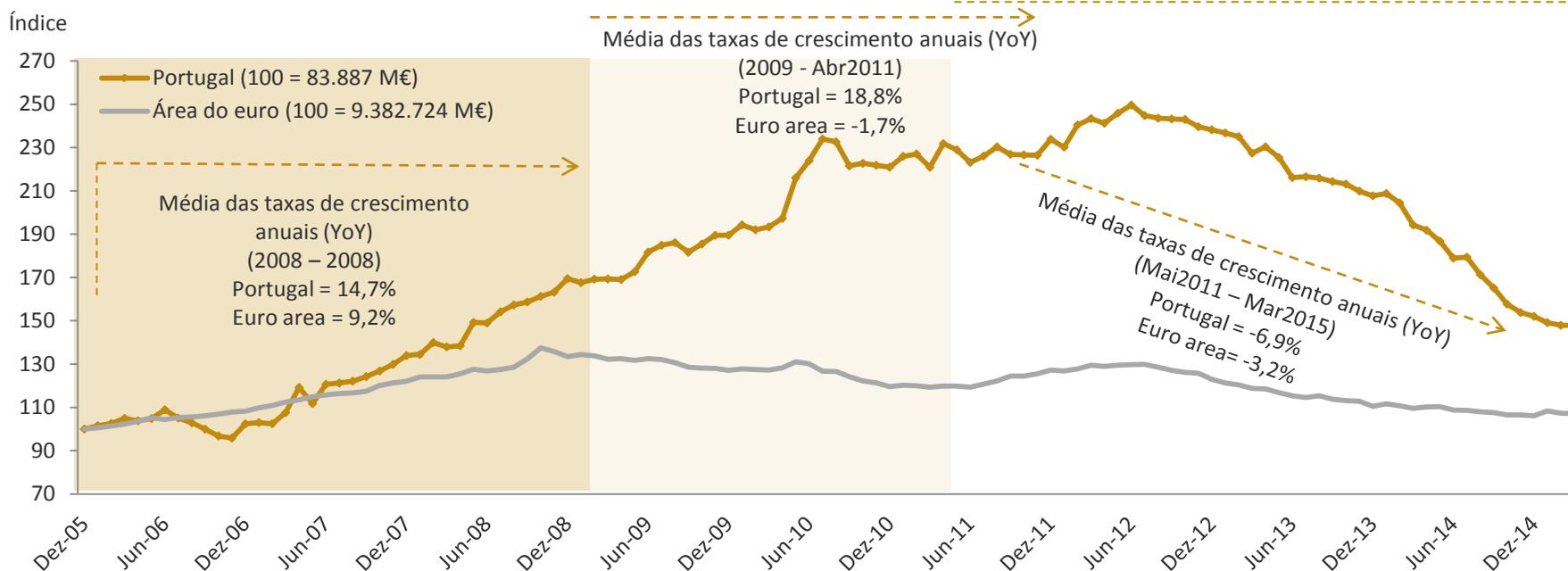
* Crédito líquido de imparidades (inclui créditos titularizados e não desreconhecidos). Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

O recurso ao financiamento *wholesale* por parte dos bancos portugueses cresceu a um ritmo bastante superior ao da área do Euro, tendência invertida nos últimos anos.

Evolução do financiamento *wholesale**, em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

O crescimento dos depósitos em Portugal não foi suficiente para compensar o crescimento dos activos dos bancos nacionais, conduzindo a uma maior dependência do financiamento *wholesale*.

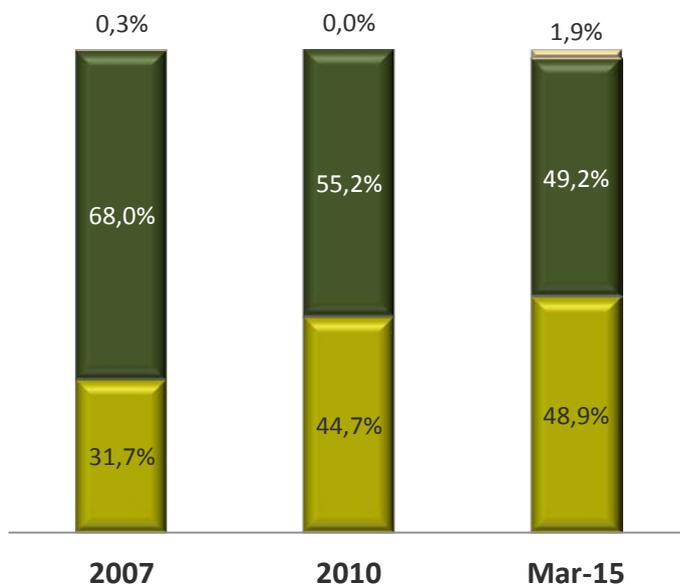


* O financiamento *wholesale* inclui os depósitos do sector monetário, títulos de dívida emitidos e fundos do mercado monetário (saldo em fim de período).

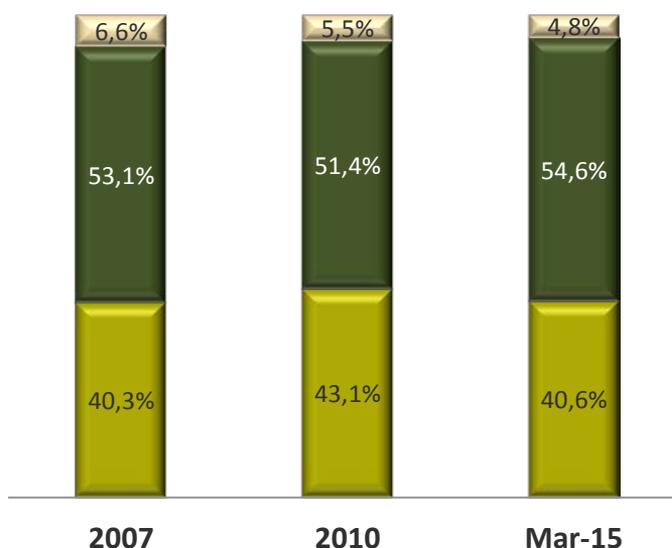
Tanto em Portugal como na área do Euro, os depósitos do sector monetário são a principal componente do financiamento *wholesale* do sector bancário.

Estrutura do financiamento *wholesale*, por tipo de instrumento

Portugal



Área do Euro



No entanto, em Portugal, o peso do mercado de emissão de títulos de dívida aumentou face a 2007. Inclusivamente, esta fonte de financiamento tem hoje mais expressão para os bancos portugueses do que para os da área do Euro.

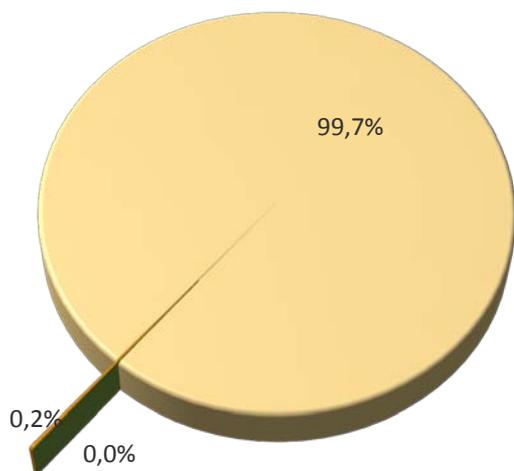
■ Fundos do mercado monetário ■ Depósitos do sector monetário ■ Títulos de dívida

Fonte: BCE

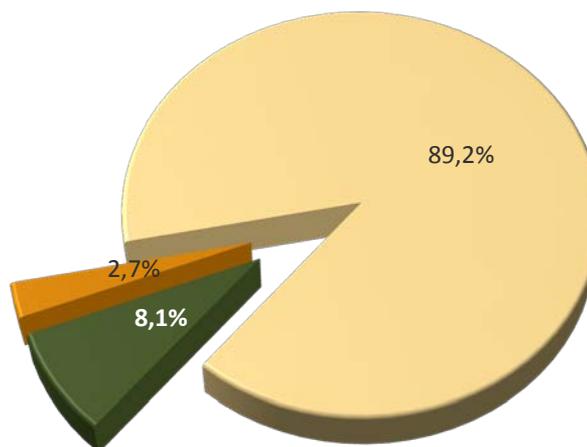
Tanto em Portugal como na área do Euro, os títulos de dívida emitidos pelos bancos são predominantemente de longo prazo.

Estrutura dos títulos de dívida, por maturidade na data de emissão (Março 2015)

Portugal



Área do Euro

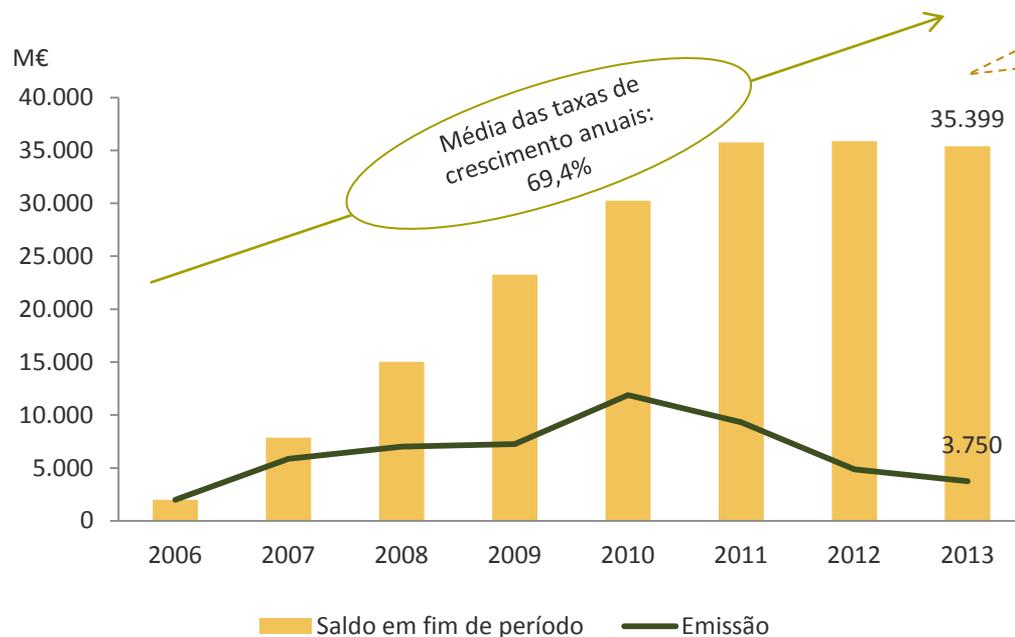


■ Até 1 ano ■ De 1 a dois anos ■ A mais de 2 anos

Ainda assim, a emissão de títulos de dívida de curto prazo assume um papel mais importante no contexto do sector bancário da área do Euro do que no português.

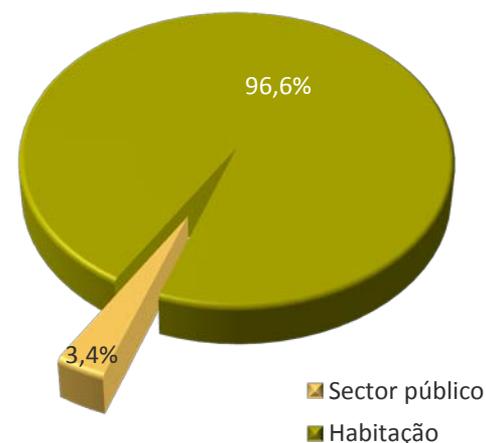
Até 2011, as *covered bonds* ganharam importância como fonte de financiamento dos bancos portugueses. No entanto, mais recentemente, o montante emitido tem vindo a diminuir.

Emissão e saldos de *covered bonds* em Portugal



No final de 2013, o saldo de *covered bonds* representava cerca de 6,9% do financiamento dos bancos portugueses.

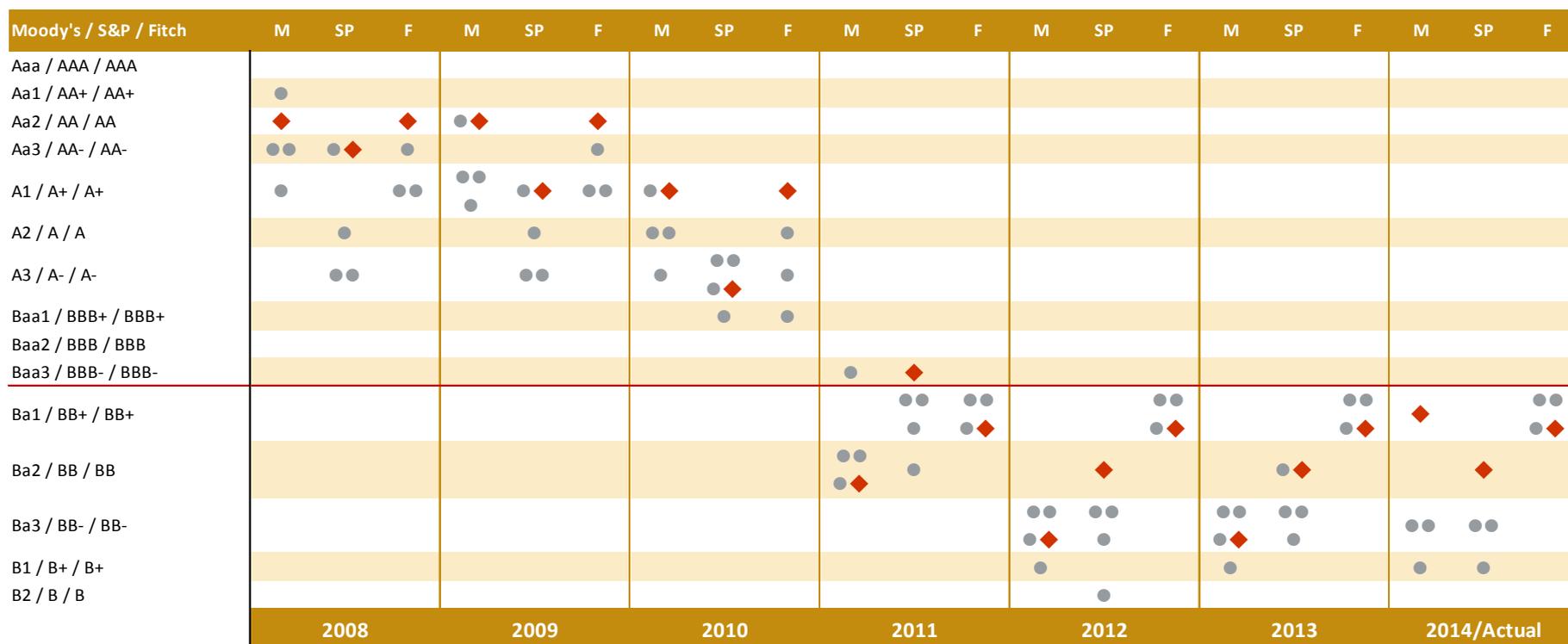
Covered bonds por tipo de activo subjacente (2013)



Fonte: BCE, European Covered Bond Council, Factbook, 2014

Os downgrades do risco da República Portuguesa afectaram negativamente os ratings* dos bancos portugueses.

Evolução dos ratings da República Portuguesa e dos bancos portugueses pela Moody's, pela S&P e pela Fitch



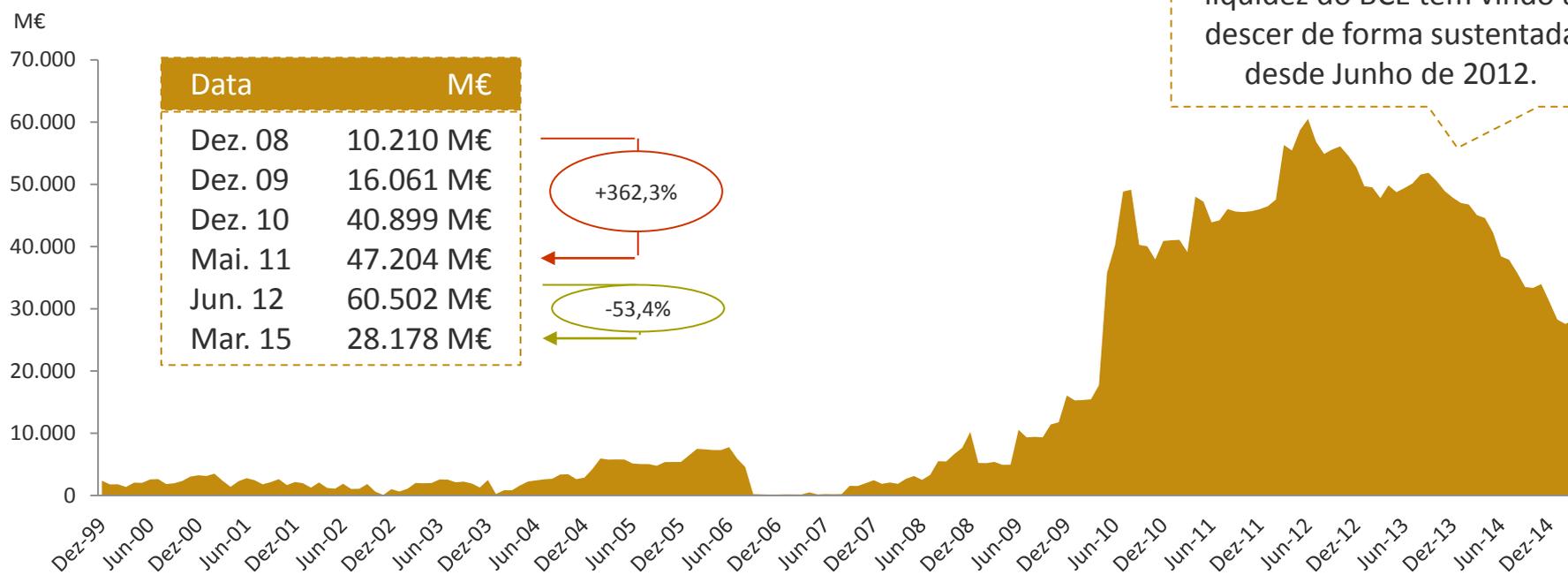
◆ República Portuguesa

● Bancos Portugueses

*Em fim de período.

A carteira de colateral elegível dos bancos portugueses permitiu aumentar a dependência face ao BCE, suavizando o impacto das restrições no acesso aos mercados interbancários.

Operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu*



Contudo, o volume das operações de cedência de liquidez do BCE tem vindo a descer de forma sustentada desde Junho de 2012.

* Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

Mais recentemente, a redução das necessidades de financiamento permitiu diminuir o peso de Portugal no total do financiamento concedido pelo BCE.

Peso dos bancos portugueses no total de operações de cedência de liquidez do BCE*



* Operações de cedência de liquidez aos bancos portugueses em percentagem do total cedido pelo Eurosistema ao conjunto dos países da área do Euro (saldo em fim de período).

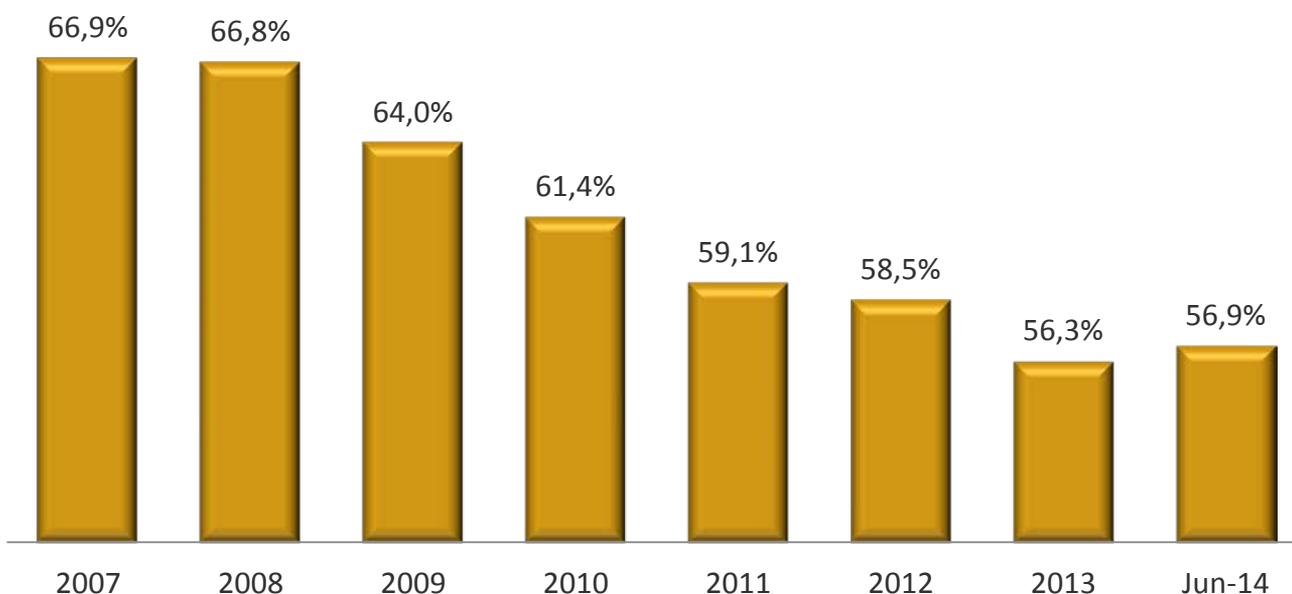
Fonte: Banco de Portugal, BCE

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

IV. Solvabilidade

O nível de risco dos activos dos bancos portugueses tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

Activos ponderados pelo risco em proporção dos activos totais*



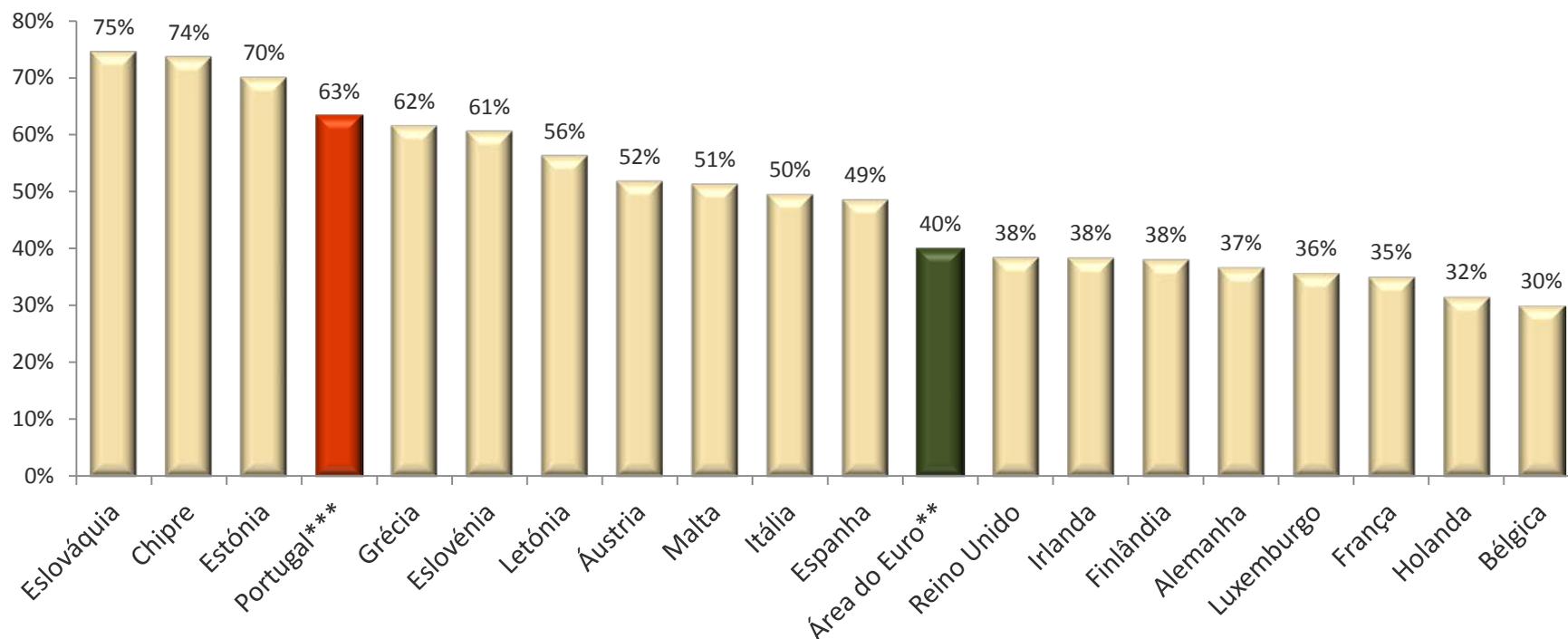
O Rácio Activos Ponderados pelo Risco / Activos Totais dos bancos portugueses sofreu um decréscimo considerável nos últimos anos. Esta tendência intensificou-se depois do PAEF e reflecte uma diminuição do risco médio dos activos que compõem o balanço dos bancos portugueses. No primeiro semestre de 2014 aumentou ligeiramente, por via das alterações de cálculo dos RWAs introduzidas pela CRD IV / CRR.

* Os activos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço.
Dados em base consolidada.

Fonte: Banco de Portugal

No entanto, o Rácio Activos Ponderados pelo Risco sobre o Activo Total situa-se acima da média da área do Euro.

Activos ponderados pelo risco em proporção dos activos totais* (Junho 2014)



* Os activos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço. Dados diferem do slide anterior pois referem-se apenas aos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

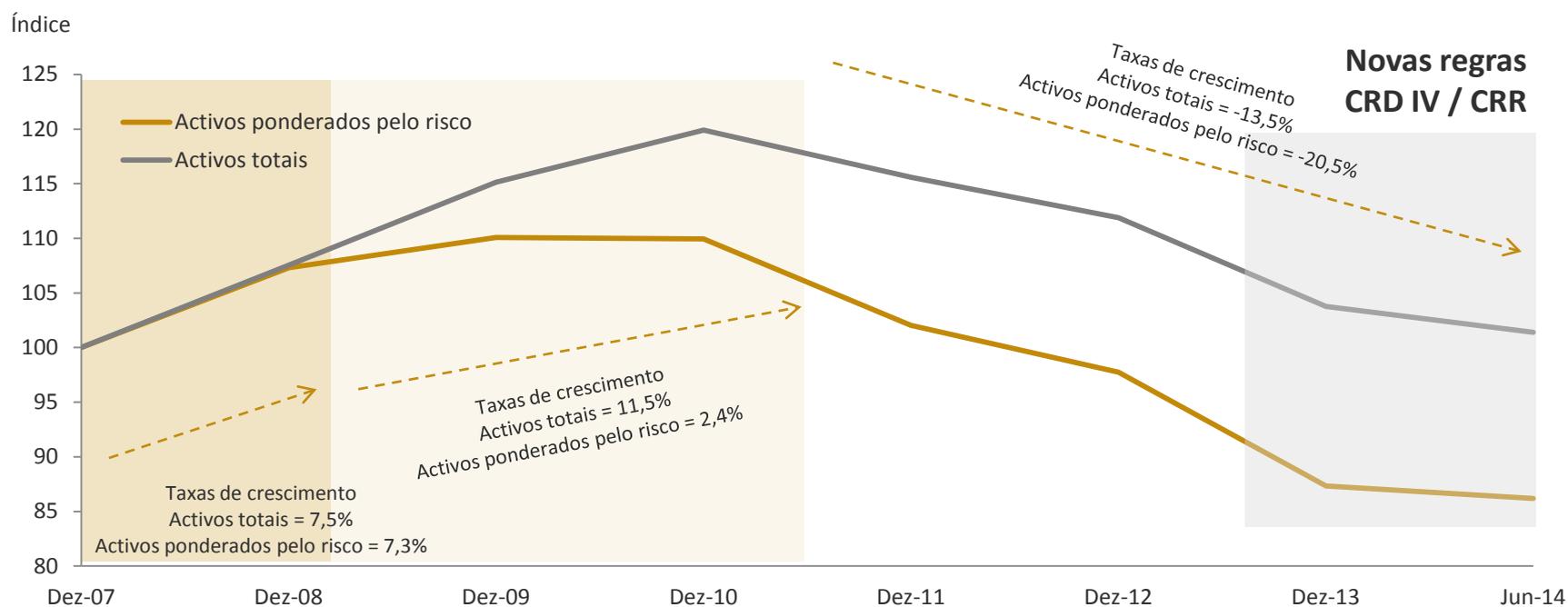
** Área do Euro com 18 países.

*** Os dados para Portugal diferem dos apresentados no slide anterior por ligeiras diferenças das metodologias utilizadas pelo Banco de Portugal e pelo BCE.

Fonte: BCE

Os activos totais têm decrescido a uma taxa inferior à dos activos ponderados pelo risco, fruto da optimização da exposição ao risco por parte dos bancos portugueses.

Evolução dos activos ponderados pelo risco e dos activos totais dos bancos portugueses* (Dez. 2007=100)

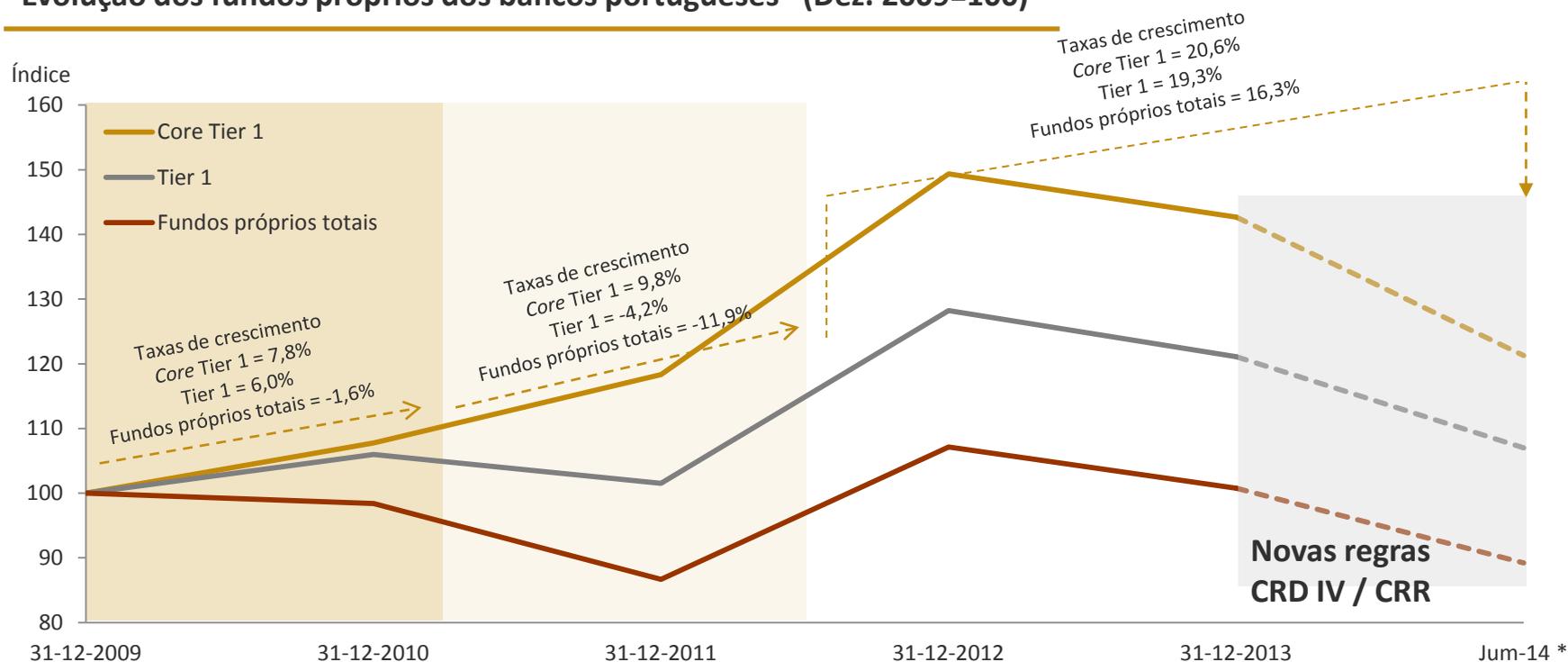


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

Os fundos próprios de melhor qualidade dos bancos portugueses, *core* Tier 1, aumentaram significativamente desde 2009.

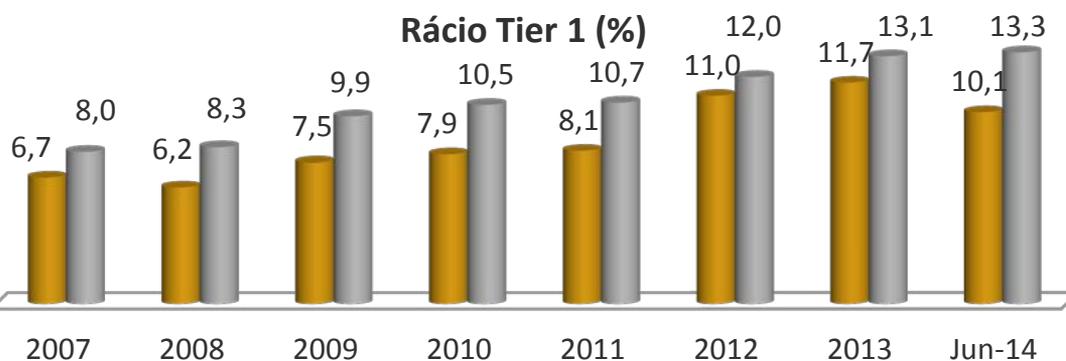
Evolução dos fundos próprios dos bancos portugueses* (Dez. 2009=100)



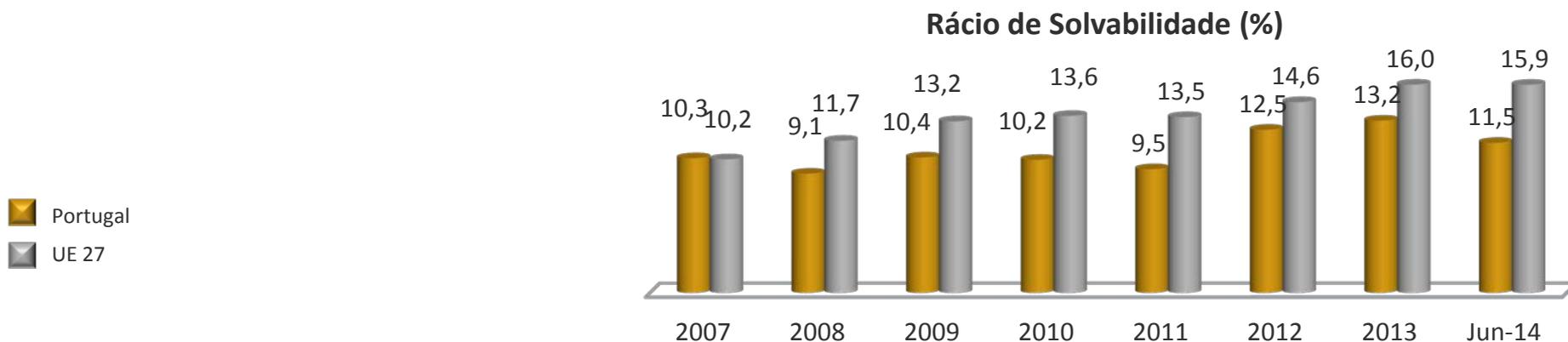
* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: Banco de Portugal

Historicamente, os níveis de capital dos bancos portugueses têm-se situado acima dos mínimos legais exigidos.



O Acordo de Basileia II impunha que o Rácio Tier 1 das instituições financeiras fosse igual ou superior a 4% e que o Rácio de Solvabilidade não fosse inferior a 8%. O novo quadro regulamentar, adoptado no seguimento do Acordo de Basileia III e em vigor desde o início de 2014, foca-se no Rácio *Common Equity Tier 1*. Em 2014, e de acordo com o Regime transitório CRD IV/CRR, a exigência passa a ser de 6% para o Rácio Tier 1 e de 8% no que diz respeito ao Rácio de Solvabilidade.

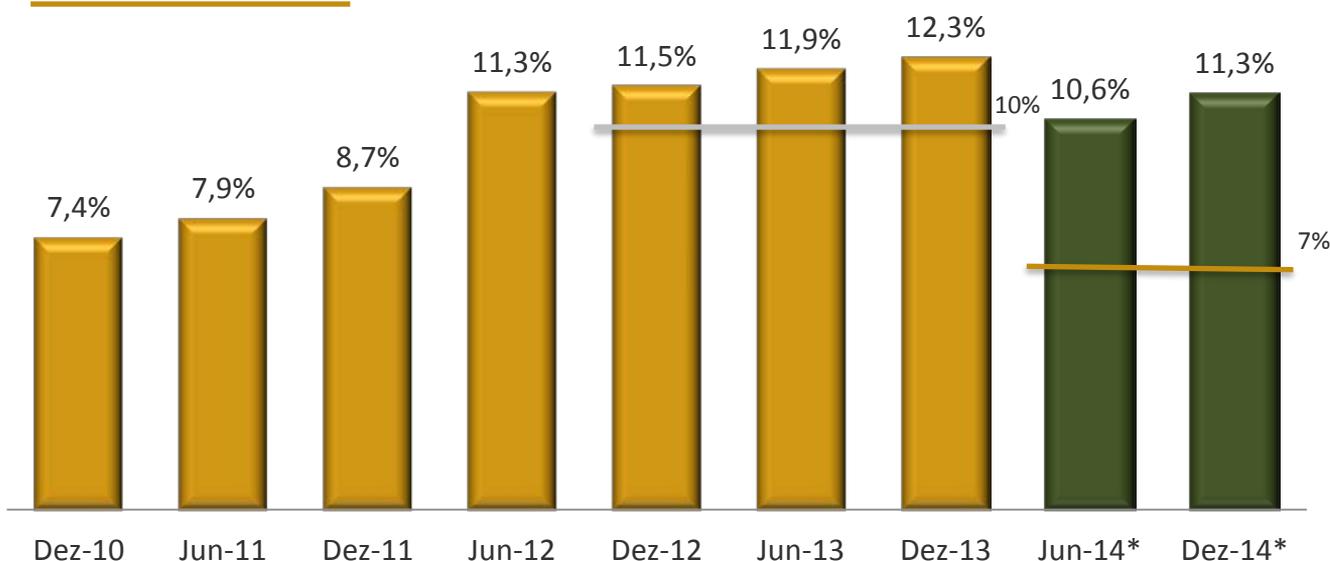


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

A situação de solvabilidade dos bancos portugueses melhorou substancialmente desde 2011 e permitiu que o novo Rácio CET 1 se situe confortavelmente acima dos requisitos mínimos exigidos.

Rácio Core Tier 1



Desde o início de 2014, os bancos portugueses têm que cumprir o novo regime transitório de adequação de fundos próprios implementado pela CRD IV/CRR, que impõe um Rácio *Common Equity Tier (CET) 1* de 7%. Até finais de 2013, os bancos portugueses estavam obrigados pelo Banco de Portugal a satisfazer um Rácio *Core Tier 1* não inferior a 10%.

*Rácio CET 1 calculado de acordo com o novo regime transitório estabelecido na CRD IV/CRR.

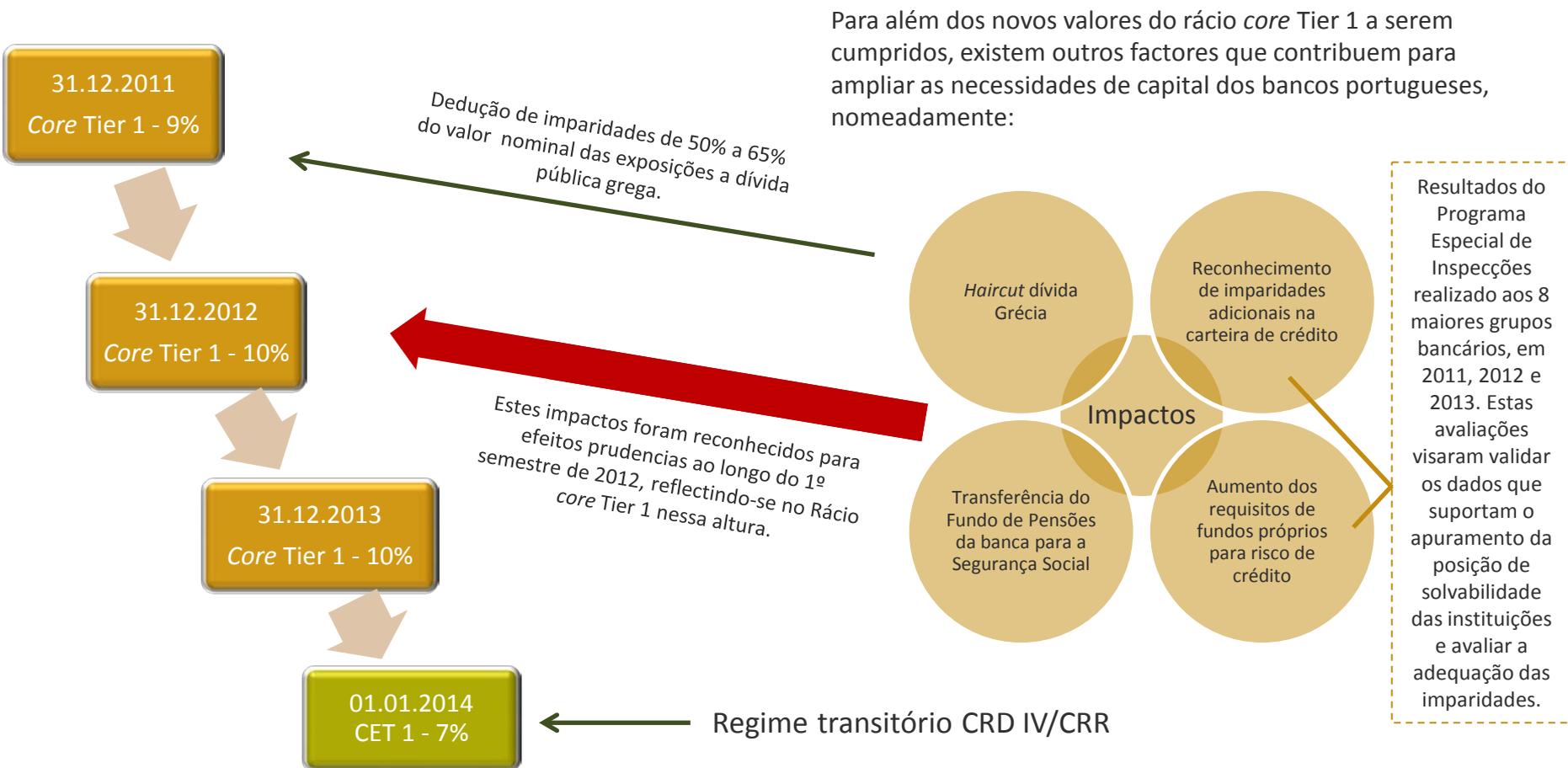
Fonte: Banco de Portugal

No passado recente o sector bancário enfrentou novos requisitos regulatórios...

	Basileia I	Basileia II	Basileia 2.5	Basileia III
	1992	2004	2009	2014
Requisitos de Capital	<ul style="list-style-type: none"> Definição de Tier 1 e Tier 2 Requisitos: Tier 1 – 4%; Fundos Próprios – 8% 	<ul style="list-style-type: none"> Requisitos iguais a Basileia I 		<ul style="list-style-type: none"> Nova definição de capital Novos <i>buffers</i> <i>Leverage ratio</i> Risco sistémico
Requisitos de RWA	<ul style="list-style-type: none"> Pilar 1 – risco de mercado (alteração introduzida em 1997) Pilar 1 – Risco de crédito Requisito: 8% 	<ul style="list-style-type: none"> Novo Pilar 1 – risco de crédito Pilar 2 – ICAAP Pilar 3 – <i>Disclosures</i> Requisitos iguais a Basileia I 	<ul style="list-style-type: none"> Revisões a instrumentos de securitização e <i>trading book</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de contraparte Requisitos: CET – 4,5%; Tier 1 – 6%; Tier 1 + Tier 2 – 8%
Requisitos de Liquidez				<ul style="list-style-type: none"> <i>Liquidity coverage ratio</i> (LCR) <i>Net stable funding ratio</i> (NSFR)

Todos os valores são referentes à implementação integral dos acordos de Basileia.
Fonte: BIS, PwC

... com especial foco nos requisitos de capital.



Fonte: APB, Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

V. Regimes de Recapitalização
Pública e de Concessão de
Garantias Pessoais pelo Estado
a favor das Instituições de
Crédito

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito antes do início do PAEF



Regime de Garantias

Regime aprovado até Dez 2009
€20.000 M

Orçamento alterado
€16.000 M

Prorrogação até Jun 2010
Orçamento alterado
€ 9.150 M



Prorrogação até Dez 2010

Prorrogação até Jun 2011

Regime de Recapitalização



Regime aprovado até Nov 2009
€ 4.000 M



Prorrogação até Jun 2010
Orçamento alterado
€ 3.000 M*

Prorrogação até Dez 2010

Prorrogação até Jun 2011

Lei nº 60-A/2008

Lei nº 63-A/2008

Lei nº 3-B/2010

* A utilização de ambos os regimes não pode exceder EUR 9.150 M.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito durante o PAEF



Regime de Garantias

Prorrogação até Dez 2011
Orçamento alterado
€ 35.000 M

Prorrogação até Jun 2012

Prorrogação até Dez 2012

Prorrogação até Jun 2013

Prorrogação até Dez 2013

Prorrogação até Jun 2014

Prorrogação até Dez 2014

Regime de Recapitalização

Prorrogação 31 Dez 2011
Orçamento alterado
€ 12.000 M



Prorrogação até Dez 2012

Prorrogação até Dez 2013

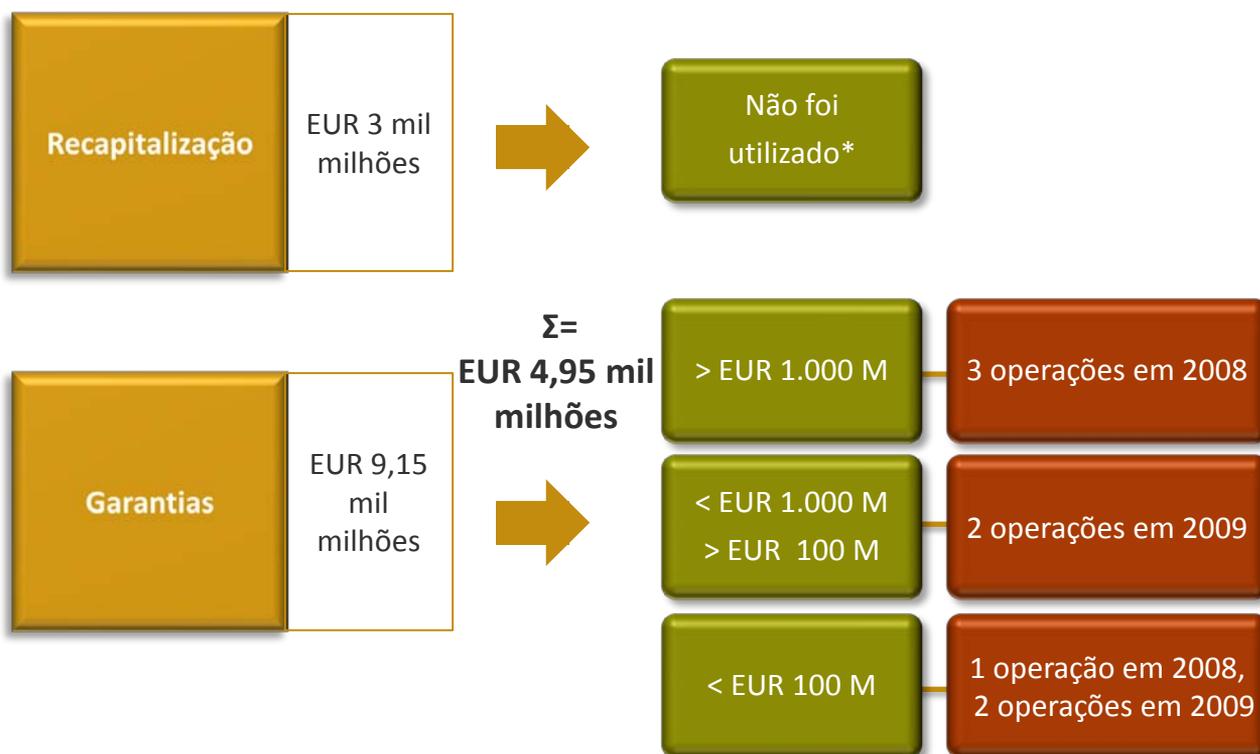


Lei nº 48/2011
Lei nº 4/2012

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Os bancos portugueses ultrapassaram a crise financeira sem apoio estatal em termos de recapitalização...

Regimes de apoio estatal utilizados até fim de Junho de 2011



Até fim de Junho de 2011:

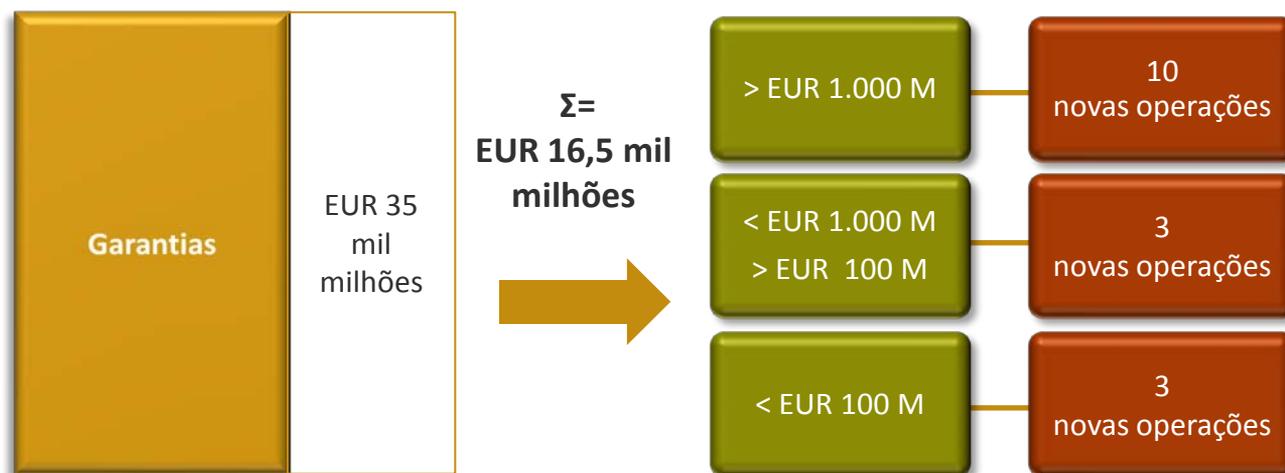
- 6 bancos (incluindo a CGD) tinham utilizado o regime de garantias;
- 2 operações no valor de EUR 75 M tinham sido amortizadas (uma em 2009 e outra em 2010);
- O montante de garantias em vigor totalizava EUR 4.875 M, que corresponde a 53% do orçamento existente.

* Não foi utilizado por bancos privados. Em Dezembro de 2010, a CGD aumentou o seu capital em EUR 550 M, dos quais EUR 56 M procederam do orçamento do regime de recapitalização.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

... entretanto, a crise da dívida pública levou ao aumento da utilização de garantias concedidas pelo Estado.

Utilização do Regime de Garantias desde Julho de 2011



- Desde Julho de 2011:
 - **6 bancos** usaram o regime de garantias em novas operações de financiamento;
 - As novas operações ascenderam a **EUR 16.525 M**, o correspondente a **47,2%** do respectivo orçamento

A utilização do Regime de Recapitalização ocorreu posteriormente, para dar cumprimento às regras impostas pelo Banco de Portugal e pela EBA.

Utilização do Regime de Recapitalização



- No final de Dezembro de 2014, os bancos que recorreram ao regime de recapitalização já tinham reembolsado EUR 4,025 mil milhões. O montante utilizado à data era de EUR 1,575 mil milhões.

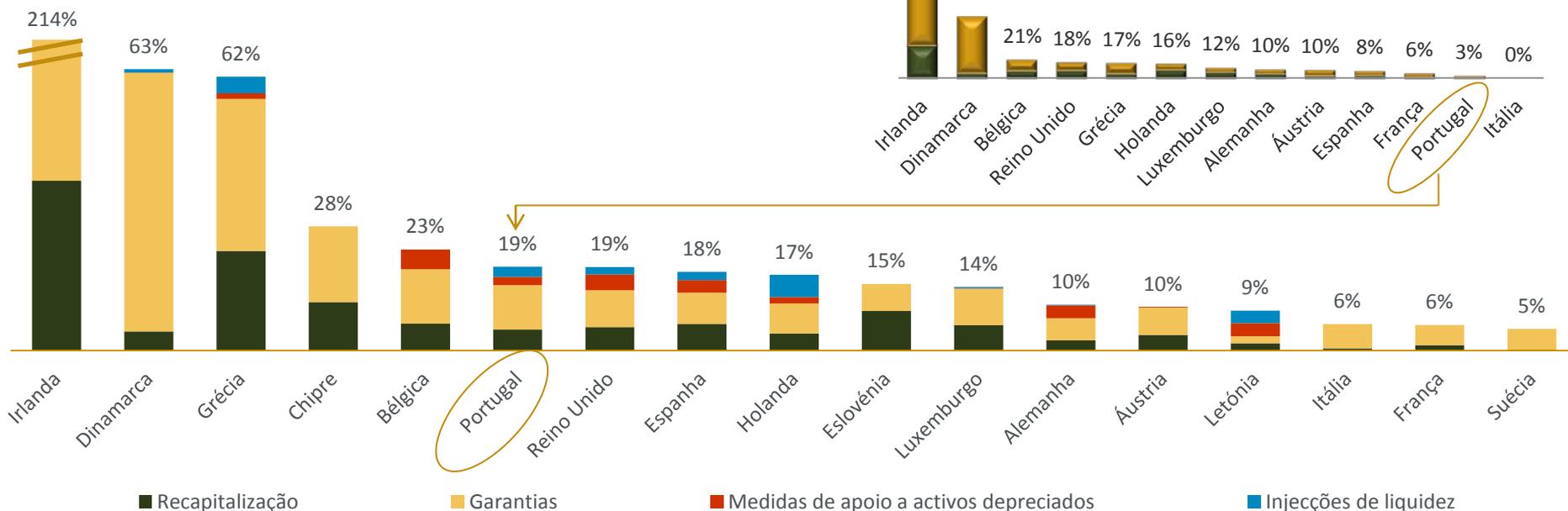
* Não inclui a recapitalização da CGD, em Junho de 2012, no valor de EUR 1.65 milhões.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

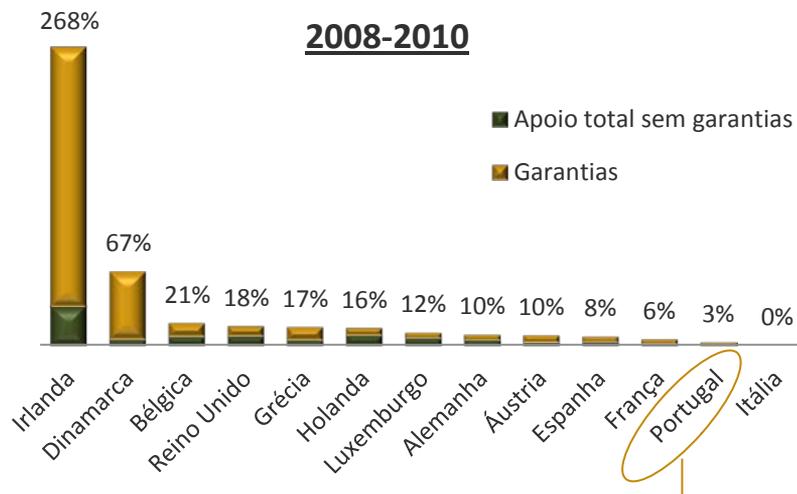
A ajuda estatal utilizada pelos bancos portugueses até 2010 foi de 3% do PIB, subindo para 19% em 2013.

Apoio Estatal ao sector financeiro em percentagem do PIB*

2008-2013



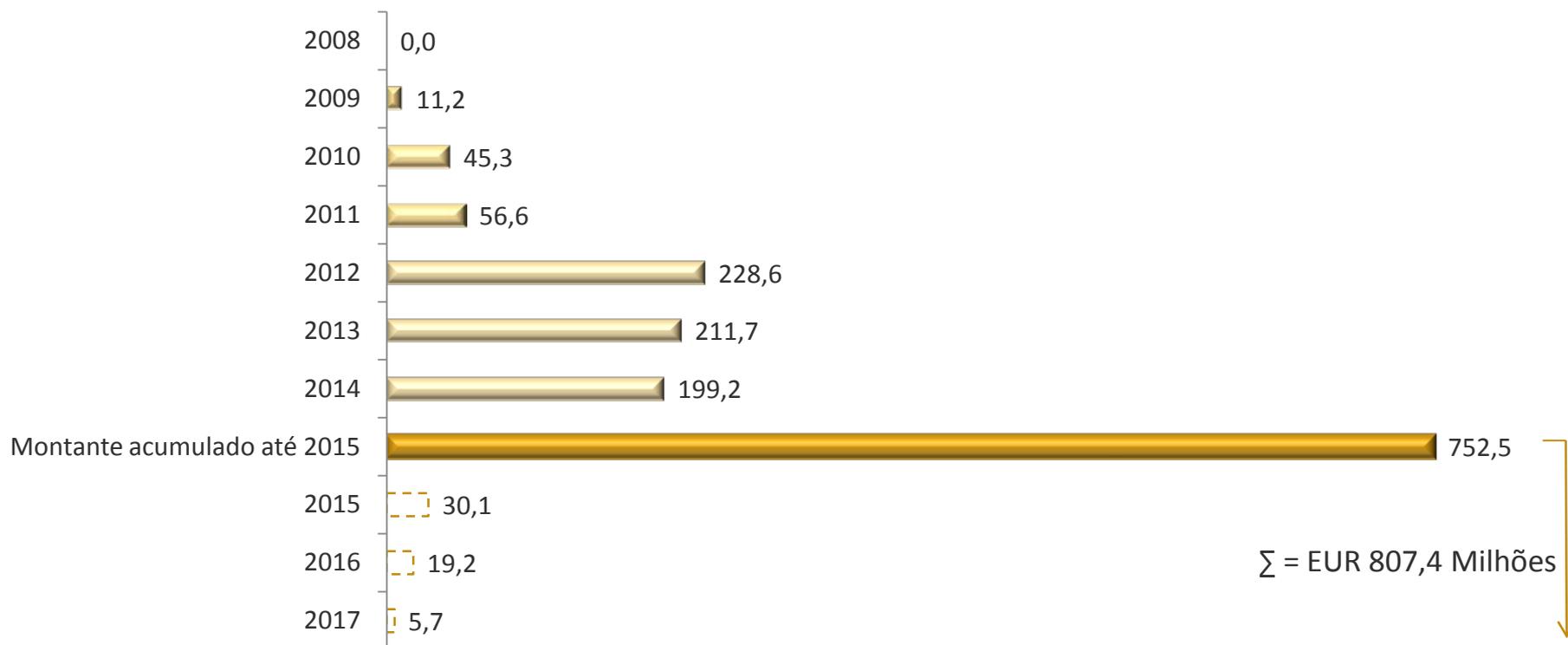
2008-2010



* Os dados das garantias e das injeções de liquidez são relativos a 2009, quando ocorreu o pico da utilização destes instrumentos na Europa.
Fonte: Comissão Europeia

Comissões de garantia pagas e a pagar pelas instituições de crédito.

Comissões pagas e a pagar anualmente* (Milhões EUR)



* Estimativas.

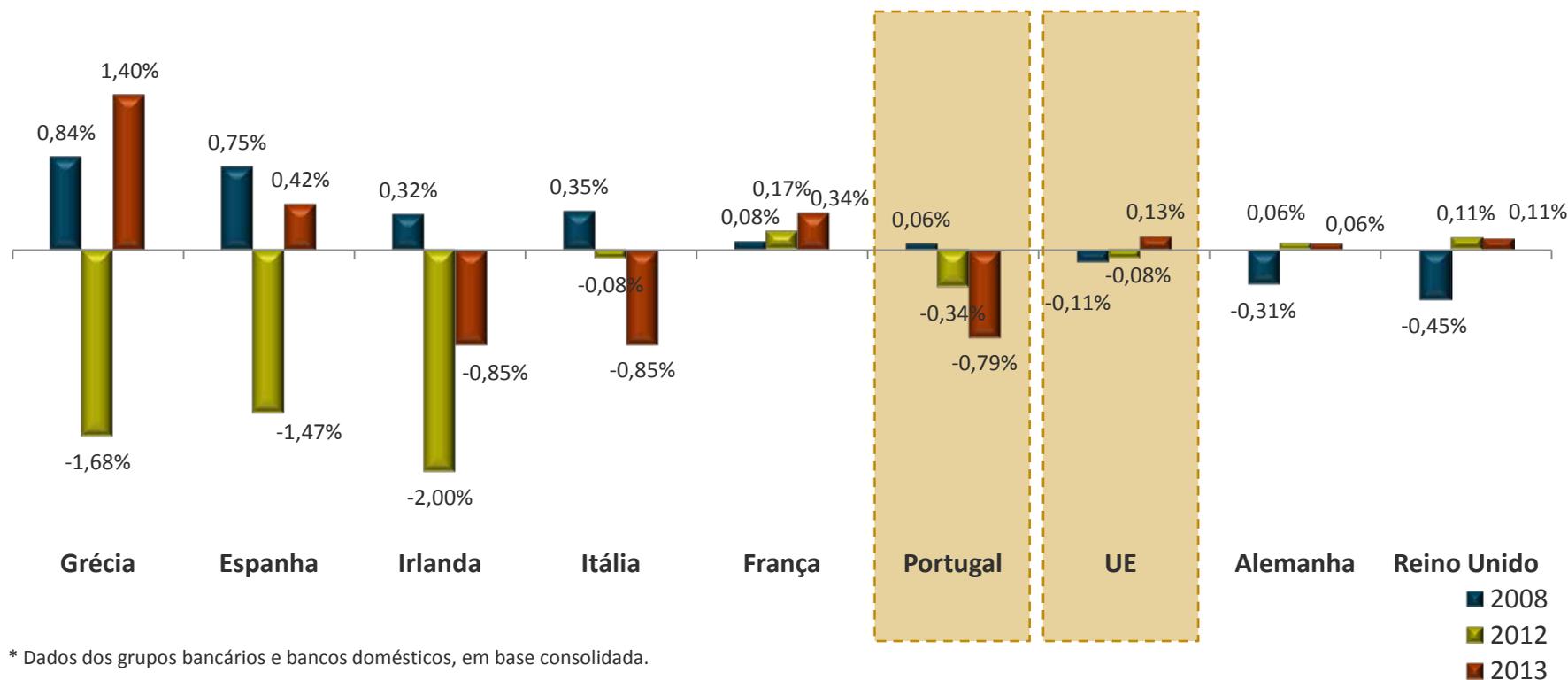
Fonte: APB, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

***OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

VI. Rentabilidade

A rentabilidade dos activos bancários portugueses diminuiu ao longo dos últimos anos, não acompanhando o clima de recuperação europeia.

Rentabilidade dos Activos (ROA - Return on Assets)*

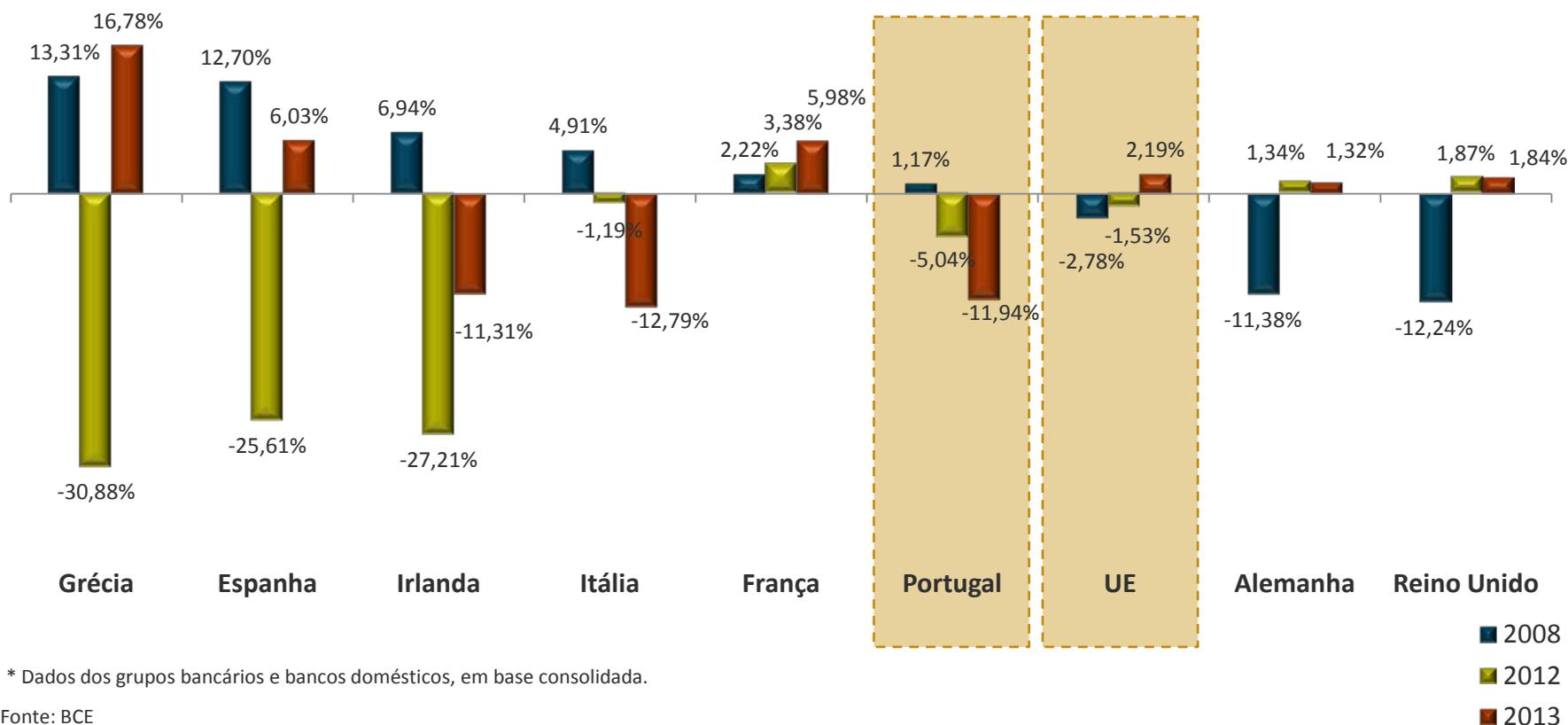


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

Verifica-se um comportamento semelhante ao analisar a rentabilidade dos capitais próprios.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE - Return on Equity)*



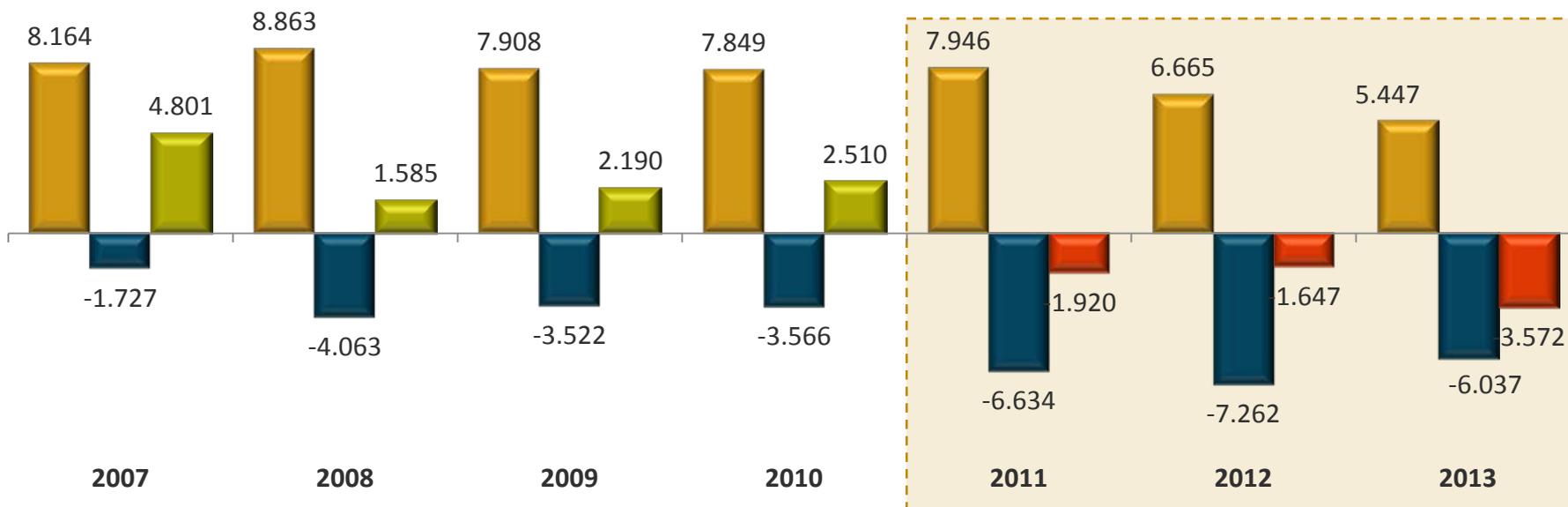
* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

O aumento do risco de crédito em Portugal conduziu ao aumento das imparidades registadas pelos bancos, o que afectou os seus resultados.

Margem financeira, imparidades e resultado antes de impostos (RAI) dos bancos portugueses em base consolidada (M€)

- Margem financeira
- Imparidades
- RAI



Os resultados do sector bancário português diminuíram nos últimos anos, fruto não apenas do aumento das imparidades registadas, mas também via redução da margem financeira, quer pela descida da taxa de juro média dos empréstimos, quer pelo aumento do custo do financiamento.

Fonte: Banco de Portugal

Desde 2011, o Banco de Portugal conduziu várias inspecções aos maiores grupos bancários portugueses afim de avaliar se os mesmos tinham registado um nível de imparidades adequado



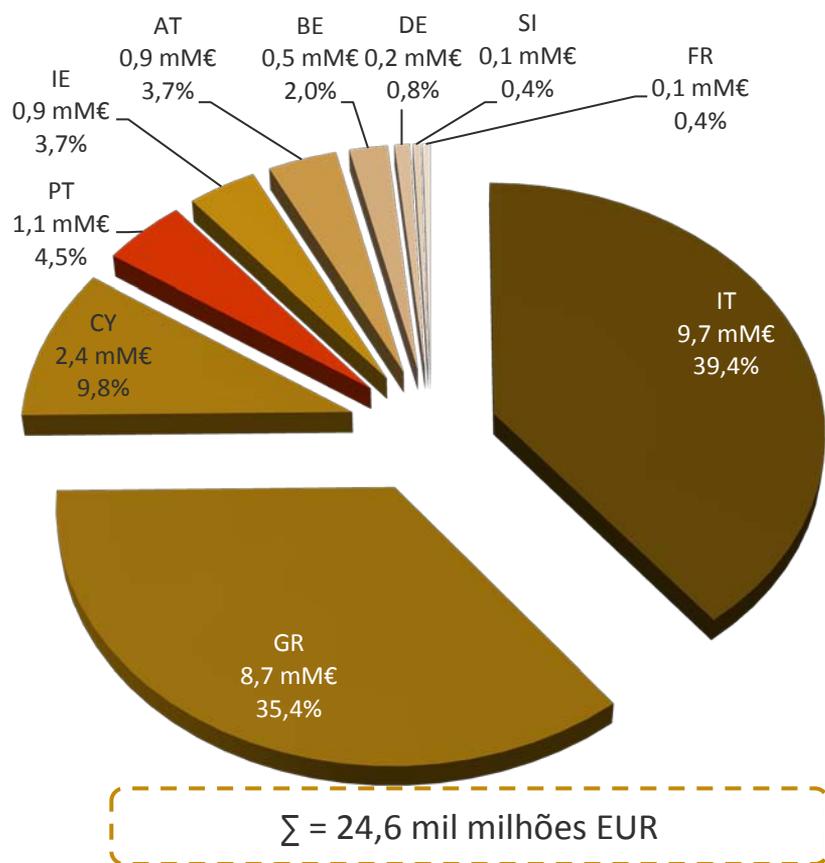
	1º Exercício 2º semestre 2011	2º Exercício 2º semestre 2012	3º Exercício Jun – Jul 2013	4º Exercício Out 2013 – Mar 2014
Data de referência:	30 Junho 2011	30 Junho 2012	30 Abril 2013	30 Setembro 2013
Âmbito:	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito (EUR 281 mil milhões - 72% a 100% da carteira total de cada banco) Validação dos requisitos de capital para risco de crédito Avaliação dos parâmetros e metodologias utilizadas nos exercícios de <i>stress-test</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito – exposição aos sectores da construção e imobiliário em Portugal e em Espanha (analisada 56% da população – EUR 69 mil milhões). 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito (analisados EUR 93 mil milhões) 	<ul style="list-style-type: none"> 12 grupos económico (EUR 9,4 mil milhões)
Resultados:	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 596 M Aumento dos requisitos de capital: 0.6% Impacto no Rácio Tier 1 ratio: de 9,1% para 8,8% 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 474 M 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,127 mil milhões (reforçados até 30 de Junho de 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,003 mil milhões

Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

Anexo I:
Comprehensive Assessment

Os resultados do *Comprehensive Assessment* revelaram défices de fundos próprios para 25 bancos europeus, no total de 24,6 mil milhões de euros.

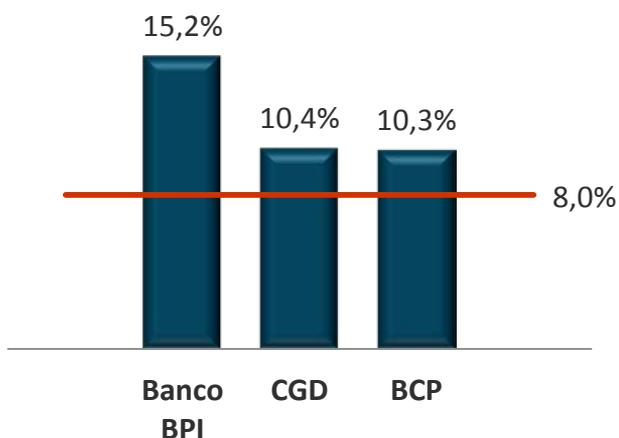


Fonte: APB, EBA

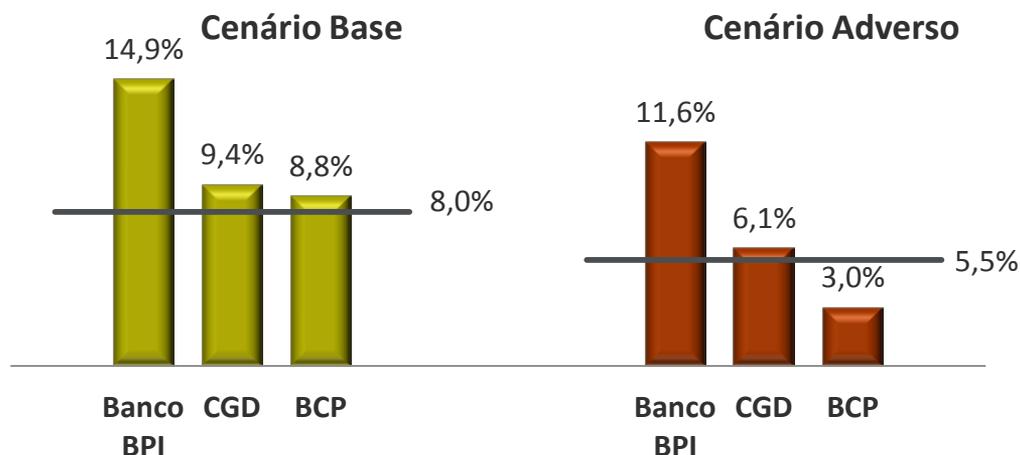
- Em Outubro de 2014, a Autoridade Bancária Europeia apresentou os resultados da avaliação completa realizada a 130 bancos europeus, que no final de 2013 correspondiam a 81,6% do activo total do sector bancário dos países participantes no Mecanismo Único de Supervisão.
- O *Comprehensive Assessment* compreendeu duas componentes:
 - AQR (*Asset Quality Review*) – análise da qualidade dos activos dos bancos;
 - *Stress Tests* – avaliação da resiliência dos bancos em cenários macroeconómicos desfavoráveis (cenário base e cenário adverso).
- O défice de fundos próprios identificado no âmbito do *Comprehensive Assessment* foi de 24,6 mil milhões de euros.

Em Portugal, a avaliação abrangeu três grupos bancários que concluíram com sucesso o AQR e demonstraram resiliência no cenário base dos testes de esforço.

Rácio CET 1 a 31.12.2013, ajustado das imparidades decorrentes do AQR*



Rácio CET 1 projectado para 31.12.2016, nos cenários base e adverso dos *Stress Tests**



Os pressupostos do exercício foram especialmente penalizadores para os bancos portugueses, uma vez que a base de referência era já muito desfavorável devido ao contexto macroeconómico que se tem vivido em Portugal.

No ano de 2014 o BCP tomou medidas para satisfazer as necessidades de capital apuradas no cenário adverso, pelo que já supera os requisitos mínimos, contudo estas não foram consideradas no exercício por razões metodológicas.

* Dos bancos portugueses participantes no exercício.

Fonte: APB, Banco de Portugal, EBA

***OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

Anexo II:
Metodologia

Metodologia

- À excepção dos casos em que é explicitamente indicado o contrário, todos os dados de balanço são dados agregados da totalidade do sistema bancário do respectivo país.
- Os dados de balanço analisados na presente publicação são maioritariamente em base individual, agregados para a totalidade do sistema bancário.
- Na rubrica de balanço do crédito estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:
 - Empréstimos, certificados de depósito, Acordos de recompra, operações de crédito titulado, e créditos vencidos e de cobrança duvidosa.
- As análises de solvabilidade são realizadas com base nos dados consolidados das instituições financeiras.

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS